

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECOLOGIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Camila Eidt Fornari

**TELEVISÃO, VIOLÊNCIA E AS
MENINAS EM CONFLITO COM A LEI DA FASE-RS**

Porto Alegre
2009

Camila Eidt Fornari

TELEVISÃO, VIOLÊNCIA E AS
MENINAS EM CONFLITO COM A LEI DA FASE-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helena Weber

Porto Alegre
2009

Camila Eidt Fornari

TELEVISÃO, VIOLÊNCIA E AS
MENINAS EM CONFLITO COM A LEI DA FASE-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a Dr^a Maria Helena Weber - UFRGS

Prof^a Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS

Doutoranda Maria Patrícia Tellez

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

À Ana Rotili, principalmente pela amizade, mas também pelo auxílio prestado que muito colaborou para o término deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a influência da violência transmitida pela televisão na visão das adolescentes autoras de ato infracional e que cumprem medida sócio-educativa na Unidade Feminina da FASE. Metodologicamente, trata-se de um estudo com base na consulta bibliográfica sobre o assunto mídia, violência e adolescente, no exame de documentos, como também ancorado em análise qualitativa de questionário respondido pelas adolescentes. Essa pesquisa buscou resgatar o sentimento delas em relação à violência exibida na mídia.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei – Televisão – Violência

LISTA DE ABREVIATURAS

AIG – Assessoria de Informação e Gestão

CASE – Centro de Atendimento Sócio-Educativo

CASEF – Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

ICPAE – Internação Com Possibilidade de Atividade Externa

ISPAE – Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa

PEMSEIS – Programa das Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade

PIA – Programa Individual de Atendimento

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ADOLESCENTE	12
1.1 O PODER E O PAPEL SOCIALIZADOR DA TELEVISÃO.....	12
1.2 A TELEVISÃO COMO FORMA DE REPRESENTASSÃO CULTURAL.....	14
1.3 CONTRAPONTO ENTRE A LEI E O INTERESSE DA MÍDIA.....	15
1.4 A TELEVISÃO E O ADOLESCENTE.....	16
2 MÍDIA E VIOLÊNCIA	19
2.1 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	19
2.2 A COBERTURA DA VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO.....	20
2.3 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO.....	22
2.4 A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA.....	24
3 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	26
3.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	26
3.2 O CONTEXTO SOCIAL DO ADOLESCENTE BRASILEIRO.....	28
3.3 ADOLESCÊNCIA: VULNERABILIDADE E DELITO.....	30
3.4 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	32
4 ADOLESCENTES INFRATORES NO RIO GRANDE DO SUL	35
4.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO SUL.....	35
4.2 UNIDADES DE INTERNAÇÃO DA <i>FASE</i> – FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO.....	38
4.3 PERFIL DO ADOLESCENTE QUE CUMPRE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA <i>FASE</i>	40
4.4 O PROCESSO SOCIOEDUCATIVO	42
5 A OPINIÃO DOS ADOLESCENTES DA <i>FASE</i> SOBRE TV E VIOLÊNCIA	46
5.1 UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA – A ROTINA.....	45
5.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	50
5.2.1 Metodologia	50

5.2.2 Universo da Pesquisa: as adolescentes da <i>FASE/RS</i>	51
5.2.3 Processo de realização da pesquisa.....	52
5.2.4 Instrumentos de Pesquisa: teste e aplicação.....	52
5.2.4.1 Primeiro questionário, o teste.....	52
5.2.4.2 O questionário definitivo.....	53
5.2.5 Aplicação e Análise.....	54
5.3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	54
5.3.1 Identificação das adolescentes entrevistadas.....	55
5.3.2 A programação assistida pelas adolescentes.....	56
5.4 OPINIÃO DAS ADOLESCENTES SOBRE TV E VIOLÊNCIA.....	57
5.4.1 Sobre Televisão.....	57
5.4.2 Sobre Violência.....	61
5.4.3 Sentimentos e Conflitos diante da violência da TV.....	63
5.4.4 A Preocupação Social diante da violência da TV.....	65
5.5 ANÁLISE GERAL.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXOS	75
ANEXO A – Taxas anuais de crescimento dos homicídios.....	75
ANEXO B – Número de adolescentes em privação de liberdade no Brasil: 1996-2006.....	76
ANEXO C – População em meio fechado por gênero: 2002-2006.....	77
ANEXO D – Tipos de atos infracionais praticado pela população atendida pela FASE.....	78
ANEXO E – Questionários aplicados.....	79
ANEXO F – Questionário teste.....	83

INTRODUÇÃO

Dentre as várias dimensões e necessidades dos sujeitos, como o âmbito da educação, da saúde, da assistência social, da geração de renda, do esporte, do lazer e da cultura, o presente estudo focaliza esta última. E, em seu grande espectro, o recorte proposto é a televisão, como veículo midiático de alcance mais abrangente para um segmento populacional específico, que é a juventude vulnerabilizada socialmente.

Muito embora estejamos vivendo recentemente um fenômeno de crescente diluição das fronteiras entre um lado e outro da “tela”, em que a interatividade ganha espaços nos diferentes formatos de mídia existentes, pretende-se aqui lançar um olhar sobre a relação dos jovens das periferias sociais com a televisão. Não é, contudo, uma escolha aleatória, pois não se está referindo a qualquer juventude vulnerabilizada. O foco da pesquisa são as adolescentes que vivem a condição de privação de liberdade por ordem judicial, para quem a televisão representa um dos poucos veículos midiáticos que está acessível.

O interesse no contexto da privação de liberdade de adolescentes autores de ato infracional tem origem na experiência de trabalho desenvolvido pela autora na Fundação de Atendimento Sócio-educativo há cerca de três anos. Durante esse período, um aspecto sempre observado foi a gestão do tempo livre dos jovens, isto é, de que forma são complementadas as atividades no *contraturno* da escola ou das oficinas de cunho sóciopedagógico.

Objetiva-se entender a relação estabelecida entre as adolescentes e a televisão, dentro da instituição que executa o programa de internação judicial juvenil, a FASE/RS. A problemática da pesquisa está em revelar como as adolescentes enxergam a violência transmitida através da televisão, importante instrumento de informação, lazer e cultura destes jovens, que passam uma considerável etapa das suas vidas sob os cuidados do Estado. Neste aspecto busca-se compreender o significado que teria o assunto, violência, para esses sujeitos em situação de confinamento justamente por terem praticado um ato violento.

Fez-se a opção pelas adolescentes internadas no Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino, porque elas são a minoria no sistema de internação regional se comparadas com a população masculina, o que também se configura em

âmbito nacional. Dessa forma, pretende-se que a amostra seja representativa da opinião de todas as adolescentes infratoras pertencentes ao sistema de internação do Estado, uma vez que esta é a única unidade feminina da FASE e nela encontra-se toda a população do gênero.

Há que se ressaltar que a influência exercida pela programação televisiva pode se tornar potencializada em um ambiente deste tipo, mais ainda se considerarmos as consequências dos flagelos vividos por essas adolescentes desde a perspectiva judicial, o cometimento do delito até a solidão existencial, a distância dos vínculos familiares (mesmo que frágeis muitas vezes).

Ao considerar que se trata de sujeitos cuja circunstância de vida as colocou em situação de responsabilização por terem infringido as normas legais, sem possibilidade de interação com a sociedade, faz-se necessário também considerar sua condição de sujeito em peculiar condição de desenvolvimento (cognitiva e emocionalmente), e, por conseguinte, as influências externas que recaem sobre a construção das subjetividades.

Sendo a televisão um rico campo de pesquisa, no qual encontramos inúmeras teorias e produções desenvolvidas sobre seu potencial e alcance entre a população, e as formas de relação entre ela e os diferentes públicos, o estudo pode representar uma contribuição às pesquisas na área, visto que transita por um viés de grande relevância social, que é a da ação educativa no contexto da privação de liberdade.

Compõe este estudo uma revisão bibliográfica com diversos autores que abordam desde aspectos relativos aos meios de comunicação até aqueles de caráter jurídico e pedagógico do sistema de justiça juvenil. Pode-se destacar o material referente à sócio-educação, de Antônio Carlos Gomes da Costa. Seus apontamentos contribuíram para a contextualização do adolescente como também a importância das relações familiares e sociais funcionando como uma rede de proteção deste sujeito em fase de desenvolvimento.

Quanto aos aspectos legais da área da infância e juventude, a referência foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 e como normativa institucional foi consultado o Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas da FASE (PEMSEIS). Do memorial da Fundação foram extraídos dados históricos na linha do tempo e através de dados da Assessoria de Informação e Gestão – AIG – foi possível descrever o perfil social do adolescente que cumpre medida

socioeducativa de internação no Estado.

Já, na área da comunicação, as idéias de Joan Férres foram utilizadas para explicar o poder dos meios de comunicação, principalmente da televisão, sobre as emoções e atitudes dos espectadores. Ainda nesse contexto, a pesquisa de Pedro Gilberto Gomes e Denise Maria Cogo serviu de embasamento para a análise feita sobre a televisão e o adolescente, como também na parte da pesquisa desse trabalho.

Metodologicamente, trata-se de um estudo ancorado em análise qualitativa da narrativa produzida pelas adolescentes da unidade de internação Feminina da FASE/RS, a partir de questionário aplicado e da pergunta que possibilitou dissertar sobre a relação das jovens mulheres da FASE sobre violência e televisão.

O trabalho divide-se em cinco partes, sendo as quatro primeiras uma retomada teórica e a última voltado para a pesquisa de campo. No primeiro capítulo é apresentado o poder da televisão e a sua relação com o adolescente, as formas de influência desse meio na formação dos telespectadores. A segunda parte tem como função fazer a ligação entre televisão e violência, abordando como ela é representada na TV e as consequências da sua exibição para o público jovem. Desta forma o capítulo três tem o objetivo de introduzir a questão do adolescente vulnerabilizado socialmente, com dados que apontam para uma situação grave em todo o país, onde a violência faz parte do cotidiano da maioria deles. A quarta parte deste estudo traça um paralelo entre a situação do adolescente em conflito com a lei e o sistema de internação no Rio Grande do Sul desde o início do século XX até os dias de hoje.

Por fim, o quinto capítulo deste trabalho direciona-se a pesquisa (Adolescente da FASE e sua opinião sobre Tv e violência), apresentando o perfil da unidade de internação feminina, bem como da amostra da pesquisa, os métodos utilizados e a análise da narrativa produzida pelas adolescentes.

1 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ADOLESCENTE

O primeiro capítulo deste trabalho vem apresentar as formas de relação da televisão com seus telespectadores, principalmente o adolescente. O fascínio que ela gera nas pessoas e as reações provocadas pela sua má utilização.

Aqui também é tratado o interesse das empresas donas das emissoras de televisão em exibir determinados programas, sem se preocuparem com a formação do público, que tem neste meio de comunicação uma das principais formas de entretenimento e informação.

1.1 O PODER E O PAPEL SOCIALIZADOR DA TELEVISÃO

Para compreender o poder que a televisão exerce sobre a sociedade basta lembrarmos que os meios de comunicação de massa sempre estiveram nas mãos das grandes instituições, tanto para evitar que fossem utilizadas contra eles como para benefício próprio (FÉRRES, 1996). Um exemplo disso foi à utilização da comunicação durante os períodos de guerra e ditadura, ela servia como instrumento de propagação dos ideais do governo como também para confundir a população.

Hoje, uma das principais característica da televisão é a venda, mas não podemos deixar de considerar que atrelado a isso esta o conceito de industria cultural que vê a programação como um produto econômico, onde existe uma importante presença política.

Inúmeras pesquisas falam sobre o amplo alcance dos meios de comunicação nos lares brasileiros e sobre o importante papel socializador deste instrumento entre adultos, jovens e até crianças. Os meios de comunicação trabalham com diferentes linguagens, principalmente a televisão, explorando as necessidades, a imaginação e os sentimentos dos telespectadores que acabam confundindo a ficção dos programas apresentados com a realidade. “A nossa imagem da realidade é basicamente aquela oferecida pela mídia e principalmente pela televisão. Origina-se aí sua importância como meio social” (FÉRRES, 1996, p.59).

A televisão abrange praticamente todos os tipos de público, independente de

classe social, sexo, idade, religião... Sua capacidade de penetração é ainda maior na população de baixa renda. Como está presente nas relações sociais dos indivíduos, acaba criando a sensação de igualdade entre o que é apresentado com o realmente existe no cotidiano, incluindo novas maneiras de agir e pensar como formas de quebrar as barreiras que separam as diferenças sociais a fim de homogeneizar os telespectadores. “As distâncias e espaços que os meios de comunicação tendem a aproximar e a globalizar concorrem para que as necessidades assemelhem-se, mesmo que para muitos, a satisfação destas não se concretize” (PORTO e LEMKE, 2005).

Gomes e Cogo relativizam em seu estudo os meios de comunicação de massa como canais de socialização e pertencimento, mesmo o indivíduo estando isolado ele passa a ter uma identidade e se torna “igual” a todos os demais. Um exemplo seria uma pessoa que pode não ter grande poder aquisitivo, possuir roupas caras e morar em uma mansão, mas se sente participante desse contexto quando esta em contato com essa situação através dos programas. “Os pontos de referências, necessários ao estabelecimento da identidade e do sentido de vida das pessoas, são fornecidos, na maioria das vezes, pela interpretação do mundo que é feita através dos meios massivos” (GOMES e COGO, 1998, p.40).

São as experiências comunicacionais que dão caráter coletivo ao indivíduo. A contemplação do que aparece na televisão dão sentido de vida e de presença na sociedade. Com isso, não está se querendo afirmar o poder dos meios de comunicação de massa sobre os telespectadores, mas sim a busca de sentido através do que é retratado nela. A crítica fica mais adiante, na negligência das emissoras em não oferecer outras formas de informação e conhecimento além de entretenimento.

É importante ressaltar que a influência da televisão no comportamento humano é indireta, incidindo sutilmente de forma cumulativa. Assim, o público, em especial o adolescente que ainda não possui total capacidade de decodificar as mensagens transmitidas, captam modelos e exemplos de atitudes com a crença de que são reais e práticos para suas experiências pessoais.

1.2 TELEVISÃO COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO CULTURAL

Considerando o pensamento de Joan Férres (1996) sobre o poder de fascínio da televisão, podemos observar a questão da tendência do ser humano em transferir seus desejos e frustrações através da identificação e da projeção das suas angústias para os personagens televisivos. Servindo assim como forma compensatória.

O autor explica esses processos da seguinte forma:

- A identificação produz-se quando o espectador assume emotivamente o ponto de vista de um personagem, ao considera-lo um reflexo da sua própria situação de vida ou de seus sonhos e idéias.
- A projeção produz-se quando o espectador coloca uma série de sentimentos próprios (amor, ódio, compaixão, desejo sexual, etc.) sobre alguns personagens da fantasia. Nesse caso, o inimigo é odiado, a mulher é desejada, o personagem infeliz é digno de compaixão.

Esses mecanismos psicológicos estão ligados ao inconsciente da pessoa, mesmo sem nos darmos conta acabamos nos identificando com algum personagem quando o vemos em situações semelhantes as que passamos ou por considera-los exemplos do que gostaríamos de ser. O mesmo também ocorre nos noticiários conforme as informações são dadas pelos apresentadores.

Certamente, uma das razões para o telespectador buscar os espetáculos televisivos é a necessidade de enxergar a solução de conflitos através do desenrolar da trama das novelas, por exemplo, isso faz com que ele abstraia de seus problemas pessoais que não consegue solucionar. Outra razão é à procura de experiências e momentos estimulantes, bem diferentes do que estão acostumados diariamente. O fato das narrativas não possuírem limites de espaço, tempo e lógica permite ao espectador a possibilidade de experimentar sensações produzidas pelo realismo fantástico.

Seguindo a teoria de Férres, a ligação emocional das pessoas com a televisão também esta relacionada com o dualismo do conhecido-previsível e do desconhecido- previsível, permitindo a novidade, para evitar a monotonia, mas ao mesmo tempo mantendo a segurança do telespectador através da ligação com o que já é conhecido.

O espectador tem a consciência de que aquilo a que está assistindo é ficção, mas vive as sensações como se fossem realidade. E isso ocorre porque ele precisa ser enganado. Precisa alimentar a sua fantasia, a sua imaginação. Precisa aceitar as mentiras como se fossem verdadeiras porque, envolvendo-se emocionalmente, pode elaborar e liberar os seus próprios conflitos internos.

(FERRÉS, 1996, p. 42)

1.3 CONTRAPONTOS ENTRE A LEI E O INTERESSE DA MÍDIA

No Brasil, o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, de 1993, prevê a uma série de artigos que estipulam como devem ser a qualidade da programação e publicidade nas emissoras. Elas devem respeitar a formação intelectual de crianças e adolescentes, tendo que prestar serviços culturais e educacionais a população em geral, além de entretenimento e informação. “Entretenimento sadio e as informações corretas espelhando os valores espirituais e artísticos que contribuem para a formação da vida e do caráter do povo brasileiro, propondo-se sempre a trazer ao conhecimento do público os elementos positivos que possam contribuir para a melhoria das condições sociais...” (Código de Ética, 1993).

Na televisão aberta, mesmo nos horários destinados ao público infanto-juvenil, a maioria dos programas e informações transmitidas são direcionados ao público adultos, como filmes e telenovelas. Não existe uma produção de qualidade que estimule de forma positiva e contraponha as mensagens transmitidas, criando um risco social difícil de ser percebido por isso mais difícil de ser combatido.

O constante debate a respeito da regulamentação dos conteúdos apresentados na televisão fere o interesse das emissoras, que segundo Dênis Moraes (2003), possuem políticas de programação pautadas por metas de maximização de lucros, geralmente alheias à formação educacional e cultural das platéias. Um debate plural, envolvendo diversas entidades, entre mídia, Estado, sociedade civil e pensadores da área deve tentar buscar uma regulamentação dos meios de comunicação que vise prioritariamente a formação do público infantil e também o adolescente, através do desenvolvimento do valor cultural e educativo. Porém, isso continua apenas no debate devido ao tratamento da informação como mercadoria (MORAES 2007).

Um aspecto que influencia na programação é a verba publicitária que

praticamente sustenta as emissoras. Muitas vezes a publicidade esta atrelada à programação televisiva, sendo o principal patrocinador do programa, que só é produzido graças a isso. Provocando uma onipresença das mensagens publicitárias no meio televisivo.

Quanto ao nosso adolescente, vamos encontrá-lo imerso, por um lado, nas solicitações de uma mídia que, a todo o momento, coloca-o diante de apelos cada vez mais amplos, profundos e sutis ao consumo desenfreado de bens e serviços. Por outro, num contexto inibidor de oportunidades reais de inclusão, onde ele vê restringirem-se cada vez mais suas possibilidades de acesso aos objetos de um desejo que se universaliza.

(COSTA, 2006 p. 24)

1.4 A TELEVISÃO E O ADOLESCENTE

A adolescência é o momento da vida marcado pela transição de comportamento da fase anterior, infância, para a fase denominada adulta. Esta fase provoca inseguranças, dúvidas, angústias, e os conflitos internos são constantes. Antes a família era o principal vínculo social, agora as relações se abriram e é neste momento que o convívio familiar tende a ser mais difícil entre pais e filhos. O adolescente passa a sofrer as influências do dia a dia e a presença da mídia é uma das mais importantes na construção da sua identidade.

Com isso, entro na reflexão da importância que a televisão alcançou para a maioria das crianças e adolescentes contemporâneas. Atualmente ela representa um importante instrumento de entretenimento, em muitos casos dividindo espaço com o computador e a internet, em grande parte dos lares brasileiros. O papel da família, como mediadora dessa relação, entre adolescente e meios de comunicação, possui grande relevância para evitar o mau uso destes instrumentos por quem ainda não possui discernimento de valores devido ao presente período de imaturidade.

Por prender a atenção através da audição e da visão, a TV tem ainda maior poder sobre o indivíduo. A televisão toma conta da concentração, fazendo com que o pensamento seja substituído pela imagem.

Falando isso, tento mostrar que ela tem a capacidade de modificar e potencializar estruturas, capacidades e sensibilidades, e as pessoas que ainda não conseguem interpretar certos conteúdos podem acabar sofrendo influencias

negativas deste meio.

Através dos conteúdos abordados na televisão, muitas pessoas formam opinião a respeito de diversos assuntos. O adolescente não é diferente, ele encontra-se carente de modelos culturais e comportamentais onde espelhar-se e acaba achando neste meio uma fonte de exemplos. Dessa forma, podemos concluir que a mídia reforça certas crenças e comportamentos, muitas vezes servindo de modelo e inspiração.

De acordo com pesquisa realizada, alguns dos efeitos provocados em adolescentes que passam muitas horas expostos a televisão estão relacionados ao aumento do comportamento violento, diminuição da atividade física, insônia, desempenho escolar prejudicado, aumento do uso do tabaco e álcool, bem como o aumento da atividade sexual precoce, diminuição da atenção e da comunicação familiar, além do enfoque excessivo no consumo resultando em inveja, ambição, entre outros (Rio Grande do Sul, 1998)

Especialistas afirmam, que a estimulação sexual é preocupante pela forma como são abordadas na televisão, em que a atividade sexual apresentada “raramente ocorre entre cônjuges, raramente demonstra a escolha da abstinência sobre o ato, com pouca frequência faz referência à contracepção e, na maioria das vezes, contém elementos de coerção, degradação ou exploração” (Rio Grande do Sul, 1998, p. 20).

Outro problema é a divulgação estereotipada das minorias. Em alguns programas é comum a exploração da imagem das pessoas em situação de vulnerabilidade, a comédia costuma ridicularizar as minorias, como as mulheres, gays e portadores de necessidades especiais.

O consumo explorado constantemente na televisão, outro aspecto negativo, aparece não só nos comerciais publicitários, mas de maneira indireta durante a grade de programação das emissoras. Valores fúteis como posse e individualismo podem causar sentimentos de inveja, baixa auto-estima até de raiva, principalmente para aqueles que estão longe de alcançar o patamar de vida retratado.

Não podemos desconsiderar os possíveis efeitos positivos da televisão na vida dos espectadores. Quando os programas têm objetivos pedagógico e cultural eles podem ajudar na evolução cognitiva e socializadora. É fato que hoje as pessoas tem muito mais acesso a informação do que tinham há pouco tempo atrás,

tecnologias como a internet permitem que a atualização instantânea dos acontecimentos e a busca por assuntos variados. Ou seja, tudo depende de como é a qualidade do conteúdo apresentado e do interesse do espectador.

2 TELEVISÃO E VIOLÊNCIA

Este capítulo do trabalho parte para a busca teórica em relação à violência e a televisão com o objetivo de trazer aspectos que relativizam esse assunto. Aqui é abordada a noção de violência, o impacto causado pela exposição da violência na televisão, as consequências para os telespectadores, e a importância da classificação indicativa na tentativa de proteger a formação de jovens e crianças.

2.1 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Segundo a psicanalista Vera Lucia Colnago (2007), os indivíduos criam vários modos para subsistirem diante de uma realidade imposta pela sociedade, e dependendo de como estas estruturas simbólicas são constituídas, os resultados são os chamados sintomas sociais, entre eles esta a violência.

Ao tratar do assunto, temos que considerar o fato de existirem diferentes noções de violência. Como afirma Olinda Leal, o que cada sociedade entende como violência varia de acordo com cada grupo social. Outro ponto importante é que a violência é sempre uma forma de exercer o poder, nem sempre identificados como atos físicos.

É necessário observar que existem várias formas de violência e nem sempre a violência explícita, a violência física é a forma mais perversa de violência. Todas as sociedades, em todos os tempos, cultivam várias formas daquilo que nós, antropólogos, chamamos de violência simbólica, que pode ser definida como a internalização, por parte daquele que sofre a dominação da necessidade desta dominação e o reconhecimento de um papel necessariamente subalterno e passivo

(LEAL,1998, p..61).

No decorrer das mudanças ocorridas na sociedade, abrangendo diversos setores, da economia, da política e da cultura, representaram um rompimento nos valores coletivos, acarretando em “uma nova ordem social, estruturada no medo e na violência como forma de interação, comunicação e organização cultural” (CAVALCANTI in RAMOS, 2007, p. 258). A violência se tornou um dos principais flagelos das grandes cidades e passou a ser um mecanismo de controle das ações sociais sendo vista de forma banal pela população.

Desta maneira, a socialização por meio da violência e do medo além de ocasionar um sofrimento social da população proporciona um paradoxo na

maneira de perceber esta violência que, ao mesmo tempo em que é vista como algo condenável e brutal, também é considerada algo banal e até mesmo aceitável.

(CAVALCANTI, 2007, p. 259)

Um exemplo disso é a forma como nos chocamos ao saber da notícia de um grande desastre, como a queda de um avião ou o desabamento de um edifício, no entanto, não nos chocamos com as outras formas de violência, como aquela que nos deparamos diariamente nas ruas, a da condição de exclusão e sofrimento de muitas pessoas abandonadas pelo estado e sobrevivendo sem ter acesso aos direitos básicos de cidadania. Essa violência, que não costuma ser midiaticizada não provoca revolta e nem parece ir contra aos valores do bem comum.

O fato é que muitos vêem a violência como algo corriqueiro, presente nas relações e explicitamente na televisão. A nossa realidade está baseada nos princípios sociais mercantilistas, valendo-se de valores individualistas, deixando de lado a solidariedade e o comprometimento com o próximo. Apesar de não praticarmos atos violentos, somos coniventes com a sua exploração no papel de espectadores passivos.

2.2 A COBERTURA SOBRE A VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO

No Brasil, a cada ano 50 mil pessoas são assassinadas. A taxa de homicídio aumentou 77% em vinte anos, quando o índice era de 15,2 homicídios por 100 mil habitantes passando para 26,9 homicídios, colocando o país entre os mais violentos do mundo. Quando entramos nas mortes provocadas por policiais, o Brasil supera muitos outros países. Para se ter uma idéia, a polícia do Rio de Janeiro, em 2005, foi responsável pela morte de 1.098 pessoas, enquanto a de São Paulo matou 300 durante o mesmo ano. Como estas mortes são considerados “autos de resistência”, ou seja, consideradas legais, os números não entram nas estatísticas. Os dados foram extraídos da publicação “Mídia e Violência”, estudo baseado na cobertura da imprensa brasileira sobre a violência urbana.

Por muito tempo a sociedade assistiu a essa situação de braços cruzados, isso porque os atingidos por essa grave realidade sempre fizeram parte do grupo dos excluídos sociais, pobres, sendo a maioria de negros, moradores das periferias, sexo masculino com idades de 15 a 24 anos (RAMOS, 2007). Com as novas concepções e a evolução dos direitos humanos, a sociedade civil passou a enxergar

com outros olhos este problema, trazendo para discussão o assunto na tentativa de denunciar e diminuir as causas da violência. A imprensa não poderia ficar fora disso, já que os meios de comunicação de massa possuem o importante papel de levantar as questões para debate em agendas como também tem poder de influencia sobre a opinião pública.

Analisar as formas por meio das quais a violência é veiculada na mídia, mais especificamente pela televisão, se faz importante, uma vez que eles têm o poder de denuncia. São inúmeros os acontecimentos criminais nas cidades brasileiros, o que acabou tornando a violência um dos espetáculos mais transmitidos pela televisão. Quando não são noticiados nos telejornais, estão presentes em programas específicos do assunto, como é o caso do programa Balanço Geral¹, apresentado na TvRecord do Rio Grande do Sul durante a tarde, horário livre segundo a classificação indicativa por ser considerado programa jornalístico, mesmo tendo caráter policial apresentando assuntos e cenas de violência em excesso.

A cobertura sensacionalista da violência coloca a ética das editorias em pauta através de como é conduzida a abordagem desse tema. Dependendo do perfil das emissoras a abordagem das manchetes e imagens são mais ou menos apelativas, mas um dos fatores determinantes das escolhas está baseada na preferência do público. Sendo assim, apesar da imprensa ter evoluído bastante em relação a sua abordagem sobre situações que envolvem violência, ainda é muito forte a tendência sensacionalista de algumas editorias, que visam principalmente atingir as classes C,D e E.

Curiosamente, mesmo os jornais e as rádio populares, cujo público é formado pelos moradores dessas comunidades, seguem a mesma linha de difusão. A periferia é sempre apresentada a partir da violência. Naturalmente, as notícias sobre mortes em suas localidades geram grande interesse nos moradores de comunidades. Afinal, o noticiário policial é um dos poucos espaços em que este cidadão pode ver os seus iguais e o que acontece na sua vizinhança.

(SILVA in.: RAMOS, 2007, p. 96)

Um dos efeitos dessa onda de violência retratada na mídia é o sentimento de revolta na mentalidade coletiva, assumindo juntos uma postura de repressão de caráter punitivo e não preventivo, apoiando propostas como a construção massiva

¹ Exibido de segunda a sexta a partir das 12h e 45min pela Rede Record do Rio Grande do Sul, o programa foi ao ar pela primeira vez em julho de 2007. O apresentador, Alexandre Mota, é conhecido pelo seu tom de revolta ao noticiar crimes. Ele representa o papel de denunciador dos problemas de ordem pública, como segurança, saúde, entre outros.

de presídios e projetos constitucionais como é o caso da emenda com o objetivo de reduzir a maioria penal, em discussão no Senado Federal.

Cresce assim a sensação de insegurança, pois as causas não são combatidas como deveriam, e a população continua com medo. Para isso se faz necessário um tratamento social, tanto para a diminuição da desigualdade social através de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda, como também a conscientização da sociedade civil enxergar a violência como consequência de problemas sociais não tratados anteriormente. Ninguém melhor que a imprensa para desempenhar este papel.

Assim, não se pode negar que a abordagem da mídia sobre favelas e periferias precisa, sim, contar com o registro de crimes e assassinatos. Mas seria mais completa e de melhor qualidade se refletisse a pluralidade de experiências vividas pelos moradores dessas comunidades.

(RAMOS, 2007, p. 82)

Uma cobertura equilibrada sobre a questão da violência é impedida pela visão preconceituosa da mídia. Dar voz à periferia também é importante para o combate da violência, integrando as comunidades, a polícia e a imprensa, seria possível um debate pluralizado sobre a questão. Segundo Jailson Souza e Silva (2007), o olhar da criminalidade se apresenta de formas diversas quando abordados pela mídia. Se o criminoso é de classe média, o comum é a abordagem questionando as circunstâncias que o levaram a cometer o crime. Agora se o criminoso é pobre, esta relação nunca é feita. “Quem já viu uma matéria lembrando a família honesta de algum famoso traficante? Eu nunca” (SILVA in.: RAMOS, 2007, pg.96).

2.3 O IMPACTO DA VIOLÊNCIA NA TELEVISÃO

Um grande número de pesquisas aponta que crianças expostas muitas horas em frente à televisão assistindo cenas violentas estão sujeitas a alterações comportamentais. Sobre este assunto existem opiniões divergentes em relação à origem da violência, uns acreditam que ela está intrínseca na sociedade, enquanto outros acreditam que é a televisão a culpada do aumento dos índices. O que podemos considerar é que nenhuma razão encontra-se isolada, a violência é resultado de uma associação de fatores e a televisão pode ser um deles.

Como dito anteriormente, o objetivo das emissoras está em alcançar grandes margens de lucro, dessa forma a opção de programação busca sempre elevar os índices de audiência. Uma das opções está em provocar fortes emoções nos espectadores para assim prender sua atenção e não perder a audiência. Segundo a pesquisa sobre o impacto da televisão em crianças e adolescentes, desenvolvida pelo Comitê de Estudos da Violência (1998), a utilização de cenas e imagens violentas é altamente eficiente em provocar respostas do público, uma vez que ela é universalmente compreendida.

De acordo com o estudo acima referido, os efeitos que esta exposição pode causar - principalmente, em crianças e adolescentes que são sujeitos em fase de desenvolvimento cognitivo e emocional -, ocorre de formas variadas. Suas consequências são pertinentes a imitação de comportamento; entendimento da violência como recompensatória (através de sua glamurização); dessensibilização a atitudes violentas com o passar do tempo; chegando até o ponto da cultura do desrespeito, “talvez o efeito mais prejudicial da dieta constante de entretenimento violento voltado às crianças seja a criação e a sustentação de uma cultura do desrespeito” (1998).

Apesar das considerações feitas até aqui, se faz necessário ressaltar a interpretação das mensagens transmitidas pela televisão, elas variam dependendo do contexto sócio-cultural do público. Não podemos afirmar que como a mensagem é transmitida, é recebida e aceita. Os espectadores são indivíduos com características particulares, as influências sócio-culturais irão influenciar na maneira de como elas serão decodificadas.

O sentido das mensagens transmitidas pela televisão pode representar a violência em diversos sentidos, desde através de cenas que impliquem com a moralidade, no que tange a justiça, a honestidade, como também com formas subliminares, estimulando comportamento consumista, egoísta ou até mesmo a violência apresentada pura e simplesmente com imagens de natureza cruel e perversa, abordada nos telejornais ao noticiar crimes e contravenções. Não se discute que a violência é um subproduto das ações humanas, a questão é estabelecer quais ações têm maior participação na geração de violência.

2.4 A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Quando falamos de violência não podemos deixar de lado a questão da criança e do adolescente que, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, são protegidos quando na situação de telespectadores. A lei é clara ao responsabilizar as emissoras, de Tv e rádio, com a obrigação de exibirem programas adequados ao público, “As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (ECA, 1990, Art. 76). Este cuidado leva em conta a condição de formação destes sujeitos, por se encontrarem em uma fase de desenvolvimento psicológico.

Para tentar efetivar o que a teoria já afirmava, foi criada a “Classificação Indicativa”, portaria 264/07 de 12 de fevereiro de 2007, pelo Ministério da Justiça. Ela é um “instrumento regulatório que tem o objetivo de apontar quais conteúdos audiovisuais são apropriados ou inapropriados para crianças e adolescentes, de acordo com suas faixas etárias e com seus lugares de inserção biopsicossocial” (VIVARTA e CANELA, 2006). Essa foi uma das formas encontradas para proteger a criança e o adolescente de uma programação inadequada das 6 às 23 horas, tendo como critério de restrição o trinômio sexo, drogas e violência, considerados impactantes para o público.

Muitos produtores confundem a verdadeira intenção da classificação indicativa como o da censura existente nas décadas de 60, 70 e 80. Na verdade, a Classificação Indicativa não proíbe a veiculação de nenhum programa, ela apenas sugere, de acordo com o teor da obra, para quem é indicado, deixando a critério dos pais e das próprias crianças e adolescentes, assistir ou não determinados programas. O Art. 74 do ECA, concordando com a Constituição (Art. 21 – XVI), diz: “O poder Público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada”.

Segundo o manual da Classificação Indicativa, “entre as várias problemáticas envolvidas na regulamentação dos conteúdos veiculados pela mídia a violência é uma que merece destaque, devido a seu impacto potencial sobre crianças e adolescentes” (VIVARTA e CANELA, 2006, pg. 32). Reduzir as cenas de banalização da violência é um dos objetivos, por ser a mídia um dos meios de

formação de valores.

Utilizando indicadores padrão é de responsabilidade das emissoras classificar sua grade de programação, ainda que esteja sujeita a inspeção do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça. Cada faixa da classificação indicativa representa a combinação de uma série de fatores que determinam a idade mínima recomendada para assistir determinados programas. O grau de freqüência dos fatores violência, sexo e drogas irão definir de que forma e com que intensidade a temática é tratada.

O manual também aponta para a importância de analisar cuidadosamente a presença dos conteúdos violentos, com conotação sexual ou que tragam situações envolvendo o uso de drogas, para não deixar de lado, por exemplo, “as diversas formas de violência psicológica e/ou simbólica e a exposição das minorias políticas a situações humilhantes, constrangedoras ou humilhantes” (Manual da Classificação Indicativa, 206, pg.11). Como também, afirma que nem todos os conteúdos violentos, como os demais temas, passam sempre a mesma mensagem inadequada, muitas vezes são tratados de forma a abrir o diálogo sobre a questão, sendo considerados positivos para o público.

Fazendo parte de mais uma das políticas públicas voltadas para a população infante juvenil, a classificação indicativa atua em busca do diálogo com a sociedade, principalmente com pais e educadores, uma vez que ela está inserida em um contexto com graves problemas em relação a sua juventude e onde os meios de comunicação possuem grande influência sobre esta população.

3 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

O terceiro capítulo tenta contextualizar a realidade do jovem brasileiro e, para isso são apresentados dados que demonstram as condições de vulnerabilidade social da maioria dos adolescentes como fatores que contribuem para a prática do delito. Também são apresentadas as medidas socioeducativas aplicadas para aqueles que cometem o ato infracional, determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Antes disso, foram resgatadas as primeiras considerações sobre direitos humanos e proteção dos sujeitos em desenvolvimento, até o surgimento do ECA, que veio para normatizar a situação das crianças e dos adolescentes, vistos a partir de então, como portadores de direitos e merecedores de proteção integral por encontrarem-se em período de desenvolvimento.

3.1 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E O ECA

Perto de completar 60 anos, a Declaração Universal dos Direitos da Criança continua muito distante de ser cumprido pela maioria das nações. Este documento, assinado pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 20 de novembro de 1959, tem como objetivo ressaltar a importância da proteção e integridade de meninos e meninas em todo o mundo.

Nela, a ONU reafirmava a importância de se garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração de questões relativas aos direitos da criança. A criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história, *prioridade absoluta e sujeito de Direito*, o que por si só é uma profunda revolução. A Declaração enfatiza a importância de se intensificar esforços nacionais para a promoção do respeito dos direitos da criança à sobrevivência, proteção, desenvolvimento e participação. A exploração e o abuso de crianças deveriam ser ativamente combatidos, atacando-se suas causas.

(MARCÍLIO, s/data, pg.4)

O século XX foi marcado por estudos e descobertas onde os direitos humanos começaram a ser valorizados, a partir da Declaração dos Direitos da Criança diversas convenções foram realizadas e o compromisso das nações foi aumentando. No Brasil, o início da abertura democrática na década de 80 e a promulgação da chamada “Constituição Cidadã” representaram importantes

conquistas para movimentos sociais no país (FISCHER, 2006). Através do amadurecimento dessas idéias foi concebido o Estatuto da Criança e do Adolescente – primeiros meses da década de 90 – que representa um marco no posicionamento do país em relação às crianças e adolescentes. Esta legislação foi elaborada contando com a participação de diversas entidades, entre eles, os movimentos da sociedade civil, como a Pastoral do Menor, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, movimentos de igrejas, OAB, Ministério Público, Unicef entre outros órgãos e universidades (MARCÍLIO, s/data).

O ECA substituiu o Código de Menores, que teve a última reformulação em 1979, mantendo sua visão assistencialista, discriminatória e de repressão. O termo “menor” é abolido e agora essas pessoas são denominadas como criança e adolescente, passando a ser reconhecidos como sujeitos de direito, tendo sua fase de desenvolvimento, físico e psicológico, amparados pela lei e pelo estado. Segundo Fischer, este novo documento consolidou uma grande conquista da sociedade brasileira, contemplando o que há de mais avançado na normativa internacional com relação à população infanto-juvenil. No entanto, as significativas mudanças e conquistas se restringem ainda hoje muito mais ao plano jurídico e político-institucional do que efetivamente à prática.

Por certo, o processo de mudança de paradigmas é lento, mas pode-se dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu para contrapor a um passado de controle e exclusão social sustentado pela Doutrina da Proteção Integral, expressando os direitos de uma população, pois afirma o valor da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento e o reconhecimento de sua situação de vulnerabilidade, o que os torna merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, que deve atuar através de medidas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos, como prevêm as novas diretrizes nacionais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

As mudanças nas diretrizes aumentaram a responsabilidade do Estado e da Sociedade Civil no enfrentamento dos problemas relacionados a adolescentes que cometeram ato infracional, na tentativa de buscar alternativas na ressocialização dos mesmos. Assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Criado pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991), responsável pelas deliberações sobre as políticas públicas na área, vem buscando

ampliar os debates com os agentes do Sistema de Garantia dos Direitos.

3.2 O CONTEXTO SOCIAL DO ADOLESCENTE BRASILEIRO

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro Geográfico – IBGE - de 2000, o Brasil possuía 25 milhões de adolescentes na faixa de 12 a 18 anos, representando em torno de 15% da população. Esta parcela da população está inserida em um contexto social marcado por fortes desigualdades que acabam por acarretar graves consequências para a sua maioria. No país, a concentração da renda está nas mãos de apenas 0,1% da população, que detém cerca de 13,5% da renda nacional, enquanto 50% da população mais carente possui 14,4% da renda². Essa divisão reflete na qualidade de vida das pessoas, incluindo crianças e adolescentes.

Observamos que a disparidade é ainda maior quando consideramos a questão racial, esta parcela sofre muito mais com a falta de acesso aos direitos fundamentais. A população negra em geral, e suas crianças e adolescentes em particular, apresentam um quadro socioeconômico e educacional mais desfavorável que a população branca (SINASE, 2006). Cerca de 20% dos adolescentes brancos vivem em famílias cujo rendimento mensal é de até dois salários mínimos, enquanto que a proporção correspondente de adolescentes não brancos é de 39,8%.

A escolarização dos jovens brasileiros representa um ponto significativo em relação às questões da exclusão social, mesmo que 92% deles estejam matriculados na escola, 5,4% ainda são analfabetos. Na faixa de 15 a 17 anos, dos 80% que frequentam a escola, 40% está nas séries correspondentes a sua idade.

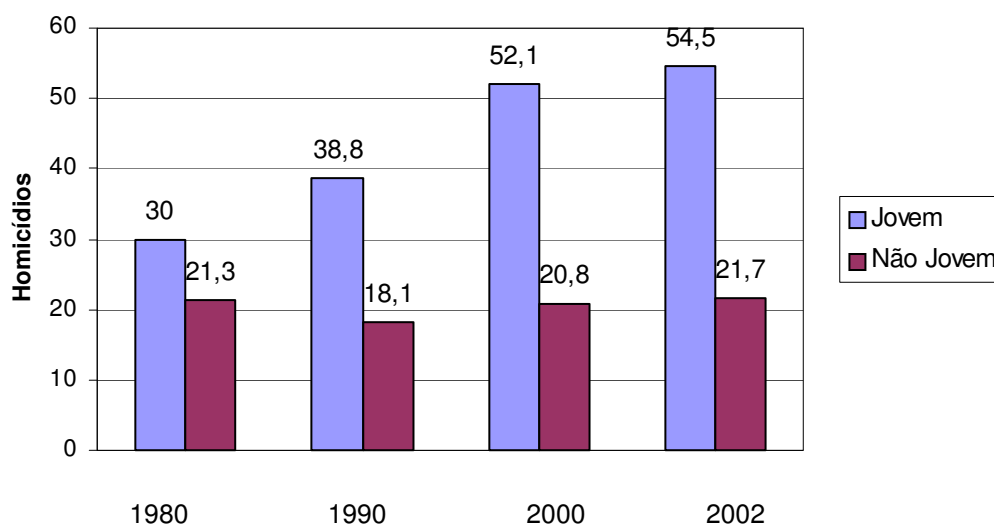
No contexto dessa violência estrutural, podemos considerar ainda o estudo Mapa da Violência, realizado pela UNESCO (Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) onde se buscou traçar a evolução das causas da mortalidade juvenil brasileira. Esta pesquisa mostra que uma das causas mais comuns de morte entre jovens de 15 a 24 anos é o homicídio, com índice muito superior do que entre a população não jovem, conforme gráfico abaixo.

Entre os brasileiros com idades entre 15 e 19 anos, a taxa de homicídio é de 42,7 por 100 mil habitantes e de 67,7 na população entre 20 e 24 anos. A situação fica ainda mais grave quando o foco são os jovens negros e pobres, nesse caso o

² IBGE, 2004

índice chega a ser 74% superior a da população jovem branca (WAISELFISZ, 2004).

Taxas de Homicídios Jovem e Não Jovem – Brasil – 1980/2002



Fonte: UNESCO, 2004

As capitais e regiões metropolitanas já foram as responsáveis pelos maiores índices nas taxas de homicídios, no entanto este estudo mostra que as taxas nas cidades do interior do país aumentaram significativamente, alcançando percentuais equivalentes aos das demais regiões (ANEXO A). A questão da idade também é relevante no número de homicídios, na população com até 13 anos foram registrados poucos casos, uma média de 36 casos anuais. A partir dos 14 anos o número de vítimas de homicídio vai crescendo rapidamente até atingir o pico de 2.505 mortes na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o índice vai caindo gradualmente. (WAISELFISZ, 2004).

Ainda referindo-se ao estudo vemos que os percentuais de mortes resultantes de homicídio no país chegaram a 39,9% entre a população jovem no ano de 2002, sendo que em algumas das capitais, como Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro foram causa de mais da metade das mortes entre esta população.

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar”.

(BENTO e BEGHIN, 2005, in.: ZAMORA,s/d)

A questão da disseminação da violência vem na esteira da falta de envolvimento do Estado em proteger os cidadãos e em evitar a ação de grupos que agem e controlam diversos espaços urbanos. A violência hoje está presente em diferentes aspectos dentro da sociedade, sendo a violência na adolescência um do fenômeno extremamente grave e preocupante do ponto de vista social.

Acredita-se que esta disparidade econômico-social seja responsável por grande parte da violência em centros urbanos. De acordo com Beato (2002), o desemprego, desigualdade e ausência de políticas sociais compensatórias seriam os ingredientes que comporiam o quadro para a emergência da criminalidade e violência nas últimas décadas, no entanto, outros setores sociais acreditam que as causas da violência estão relacionadas à impunidade do sistema de justiça penal.

3.3 ADOLESCÊNCIA: VULNERABILIDADE E DELITO

A adolescência é uma etapa biológica da vida com grande peso na formação social do sujeito o que lhe acarreta uma situação de inúmeras vulnerabilidades. Segundo Costa (2006) esse é um processo em que o jovem se procura e se experimenta, se confunde e, algumas vezes, se perde. “E é nesse momento que entra o papel da família, da escola e da comunidade, em geral, para ajudar no suporte destes jovens” (p. 22)

A adolescência é um período da vida humana marcado por um *status* ambíguo entre a infância e a idade adulta. O adolescente vive o “não-mais” em relação à criança que foi, e o “ainda-não”, em relação ao adulto que será. Esse é, pois um período crucial do desenvolvimento do ser humano. É na adolescência que a pessoa é levada a defrontar-se com questões fundamentais como: plasmar sua identidade pessoal e social e forjar seu projeto de vida.

(COSTA, 2006, p 22)

Seguindo o pensamento do autor, a família de classe média, em geral, dá ao jovem todo o apoio necessário durante sua fase de formação, funcionando como uma rede de proteção, quase sempre buscando seu bem-estar, de forma que está atenta as suas ações. A escola funciona como o ponto central do cotidiano do adolescente. Suas atividades estão voltadas à escola, enquanto a família procura dar tudo o que necessitam, do básico até o exagero, esperando apenas como retorno o bom desempenho escolar. O mesmo acontece em relação ao trabalho, ele está presente apenas como escolha da profissão futura, sem obrigações financeiras

no momento.

No entanto, a realidade é bem diferente quando levamos em conta a questão econômica das famílias. O autor questiona a presença da escola nas camadas mais pobres, que não possui nenhuma representação significativa, ou o papel da família, que na maioria das vezes não representa segurança, mas sim cobrança e medo. Com esse contexto e mais os dados levantados acima, somos obrigados a refletir como se dá a formação da identidade desses jovens?

À vulnerabilidade, resultante do abandono da escola ou de uma considerável defasagem idade/série, soma-se a fragilidade da família, e requer seu ingresso precoce [...] num mundo do trabalho cada vez mais complexo, exigente e competitivo.

(COSTA, 2006 p. 24)

Buscando entender melhor as causas e conseqüências da via delituosa que atravessa presentemente a vida das jovens entrevistadas, recorreremos novamente às interpretações de Calligaris. O autor considera que a motivação primeira do adolescente é conseguir reconhecimento. Ao ser rejeitado pela sociedade dos adultos, ele levanta a voz. Numa progressão linear, quebra vidros e pratos, coloca fogo na casa e pode até se matar (*ou matar alguém*) para ser levado a sério. Ou seja, prossegue o autor, ele tenta impor pela força, ou mesmo pela violência, o que aparentemente não é ouvido.

Finalmente, sobre a delinqüência na juventude, o estudioso entende que existe uma parceria entre adolescência e delinqüência, porque o adolescente, por não ser reconhecido dentro do pacto social, tentará ser reconhecido “fora” ou contra ele.

Dessa maneira, vimos que a presença da família, da escola e a capacitação para entrar no mercado de trabalho são os pilares para evitar que os adolescentes cheguem à situação de infratores, como também são instrumentos importantes no processo de reinserção, buscando sua recolocação social e auxiliam no seu desenvolvimento pessoal. Além disso, vimos que a realidade socioeconômica da juventude brasileira leva a uma degradação dessa população e cabe ao governo e sociedade civil não fecharem os olhos frente a essa situação que leva muitos jovens ao confronto com a legalidade e moralidade da nossa sociedade. Portanto o adolescente em conflito com a lei precisa ser visto como um cidadão, que a partir desse momento se tornou vitimizador e deverá responder pelos seus atos perante a justiça, mas que também, em certo ponto, foi vítima da falha do sistema de garantia

de direitos.

3.4 O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Neste ponto é interessante analisarmos o que o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal ponderam quanto a responsabilização do sujeito quando autor de ato infracional. Dessa forma podemos visualizar como o adolescente é visto perante a lei.

O artigo 103 do ECA considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por um adolescente, e o artigo seguinte segue dizendo que estas pessoas são penalmente inimputáveis. Para entendermos a questão da responsabilidade penal do adolescente é importante relevarmos a diferença entre imputabilidade e inimputabilidade. Segundo o Código Penal, no artigo 26, "é isento de pena os agentes que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, ou retardado, era ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento". Nesse ponto a lei não responsabiliza penalmente estas pessoas que não possuem condições de discernir a dimensão do ato praticado, especificando no artigo seguinte a situação da criança e do adolescente, "Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial", ou seja, pelo ECA.

De acordo com o conceito de Capez (2005, in.: BRITTO 2009) para a capacidade psicológica do adolescente "é o desenvolvimento que ainda não se concluiu, devido à recente idade cronológica do agente ou à sua falta de convivência em sociedade, ocasionando imaturidade mental e emocional".

Essa questão tem seguido muitas vertentes, desde autores que creditam à inimputabilidade o impulso para a delinquência juvenil, até os que discordam dessa teoria, como Saraiva:

A circunstância de o adolescente não responder por seus atos delituosos perante a Corte Penal não o faz irresponsável. Ao contrário do que sofismática e erroneamente se propala, o sistema legal implantado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente faz estes jovens, entre 12 e 18 anos, sujeitos de direitos e de responsabilidades e, em caso de infração, prevê

medidas sócio-educativas, inclusive com privação de liberdade.
(SARAIVA, 2009, p. 101).

O ato infracional é resultado de múltiplos fatores intervenientes, e o cumprimento da medida socioeducativa com restrição de liberdade, deve privilegiar os processos de inserção social e prevenir a reincidência. As medidas socioeducativas são as sanções aplicadas aos adolescentes que incidiram na prática de atos infracionais e estão dispostas no artigo 112 a 113 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

A advertência (art.115/ECA) consistirá em admoestação oral durante entrevista com juiz da Vara da Infância e Juventude, aplicável às infrações de somenos importância com o fito de alertar os pais para as atitudes do adolescente.

II - obrigação de reparar o dano;

A obrigação de reparar o dano (art.116/ECA) será cabível nas lesões patrimoniais com o fito de despertar o senso de responsabilidade do adolescente acerca do bem alheio.

III - prestação de serviços à comunidade;

A prestação de serviços à comunidade (art.117/ECA) consiste em uma forma de punição útil à sociedade, onde o infrator não é subtraído ao convívio social, desenvolvendo tarefas proveitosas a seu aprendizado e a necessidade social.

IV - liberdade assistida;

A liberdade assistida (art.118/ECA) será cabível quando se entender a desnecessariedade da internação de um lado e uma maior necessidade de fiscalização e acompanhamento de outro. O jovem não é privado do convívio familiar sofrendo apenas restrições a sua liberdade e direitos.

V - inserção em regime de semiliberdade;

O regime de semiliberdade (art.120/ECA) pode ser determinado desde o início ou consistir em transição para o semi-aberto, em qualquer das duas hipóteses a medida deverá ser acompanhada de escolarização e profissionalização.

VI - internação em estabelecimento educacional;

A medida de internação, de conformidade ao art. 121, §2º/ECA, não comporta prazo determinado uma vez que a reprimenda adquire o caráter de tratamento regenerador do adolescente.

As medidas socioeducativas possuem um caráter coercitivo, uma vez que são punitivas aos infratores, através da responsabilização, e ao mesmo tempo possuem caráter pedagógico, no momento em que visam a proteção integral com objetivo de reinserir o jovem na sociedade.

Tratando-se de FASE, vamos nos deter na medida de privação de liberdade,

que pode ser cumprida em regime de internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE), determinada pelo juiz, e em internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE), determinada conforme avaliação da equipe técnica, exceto por determinação judicial em contrário.

4 ADOLESCENTES INFRATORES NO RIO GRANDE DO SUL

Esta seção tem como objetivo recordar a situação do adolescente em conflito com a lei no nosso estado e para isso faz uso de um recorte histórico que trata a questão desde o início do século e do surgimento do sistema de internação até alcançar a denominação atual, conhecida como Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. Aqui também são feitas considerações a respeito das unidades de atendimento e do perfil do jovem que cumpre medida na FASE.

4.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO SISTEMA DE INTERNAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A Doutrina da Situação Irregular, a partir do modelo Uruguaio do Código de Menores, expandiu-se em 1927 por toda a América Latina, sendo responsável por quase todas as legislações produzidas na região inclusive no Brasil. O Código de Menores expressava a necessidade de leis especiais para os filhos da população pobre, que não era absorvida pelo ramo industrial e passaram a realizar furtos e esmolar no centro da cidade. ‘Observa-se que o termo “menor” passou a indicar uma parcela específica da infância e da juventude brasileira: os filhos de famílias pobres’, classificados de forma diferente do restante da população da mesma faixa etária. A partir dessa realidade foram criadas estruturas ligadas à assistência social de responsabilidade da União e dos Estados.

No Rio Grande do Sul, no ano de 1945, foi criado o Serviço Social de Menores – SESME – que tinha como finalidade prestar aos menores abandonados, “delinquentes” e pobres, assistência social sob todos os aspectos. Em 1962 foi publicado no jornal Correio do Povo um artigo sobre a problemática do “menor”, escrito pelo Comissário E.W. Bergmamm, mostrando sua preocupação com o sistema de atendimento a estes jovens e crianças, que envolvia na época o Juizado de Menores, o SESME e a Polícia. Onde destacava a forma de funcionamento desconhecida destas entidades, definindo os abrigos do SESME como “em meros depósitos, [...], onde os menores permanecerão indefinidamente até que o Juizado consiga resolver o caso de cada um” (Correio do povo, 14/01/1962. p.12 in.: CJA p. 23).

Com o passar dos anos a situação se agravou,

O crescimento dos índices de criminalidade entre jovens, não se tratava de um problema apenas econômico – miséria dos países do terceiro Mundo -, pois na Europa e nos estados Unidos o problema da delinquência juvenil também era intenso. [...] Aliada à questão econômica, estava também a questão social, uma vez que o menor delinquente era na realidade, símbolo de uma juventude esquecida”

(BERGAMANN, 1962 in.: CJA, 2002, p. 37).

Devido à necessidade de uma atitude mais eficaz no trabalho junto aos jovens, o antigo SESME uniu-se a Divisão de Assistência Social – DAS, buscando formar uma estrutura administrativa mais qualificada no atendimento ao “menor”. Criou-se então o DEPAS – Departamento de Assistência Social, no ano de 1964, com o objetivo de servir apenas crianças em situação de pobreza.

Cabe ressaltar nesse levantamento histórico a respeito do sistema de internação a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em 1º de dezembro de 1964 no Rio de Janeiro. A FUNABEM veio substituir o Serviço de Assistência ao Menor órgão ligado ao Ministério da Justiça, equivalente ao sistema Penitenciário só que destinado à população menor de idade. A FUNABEM tinha com objetivo a formulação e implantação da Política do Bem Estar do Menor, através de uma instituição de assistência à infância, baseada na internação, tanto dos abandonados e carentes como dos infratores, seu principal foco (nota rodapé pesquisa IPEA). A partir desse momento o governo do Rio Grande do Sul buscou recursos junto a FUNABEM, e nota-se que todas as obras executadas a partir daí, por serem conduzidas pela Secretaria de Justiça, tiveram uma forte característica prisional, influenciada pela doutrina da “Segurança Nacional” vigente na época da ditadura militar (CJA, 2002).

No final da década de 60 iniciaram os estudos para tratar do problema do “menor marginalizado” dentro das diretrizes da recém proclamada Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que resultaram na criação da Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM em 1969 vinculada à então Secretaria do Trabalho e Assistência Social. A extinta FEBEM tinha como finalidade:

[...]conjuguar os esforços do Poder Público e da comunidade para solucionar o problema do “menor”, que, por condições econômicas, não tinha acesso aos meios normais de desenvolvimento, bem como executar as sentenças proferidas pela Justiça de Menores, aos considerados de “conduta irregular”
(CJA, 2002 p. 39)

Dessa forma, a Fundação era responsável pela formulação e execução das políticas de assistência social aos menores carentes, abandonados e delinquentes, com abrangência estadual, seguindo as diretrizes da FUNABEM, órgão que normatizava o trabalho na área. Segundo Neto (1985) em Souza e Mendes (2002) a clientela atendida pela instituição era bastante diversificada, composta por “menores” cuja problemática central era a carência econômica, “menores” abandonados ou em estado de semi-abandono, menores de conduta irregular, considerado até mesmo como de alta periculosidade e “menores” excepcionais carentes ou em situação de abandono. Essa população era formada por crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos provenientes das camadas marginalizadas e seu atendimento era considerado prioritário por se encontrar em estado de extrema pobreza. Depois se procurava atender os provenientes da população sub-integrada, compreendida na faixa dos três a cinco salários mínimos, na época, para tentar evitar o rebaixamento do nível de vida desse segmento.

Os programas de atendimento eram estabelecidos através de uma triagem com critério de separação por idade e sexo, distribuídos em 16 unidades que atendiam em média 813 (início da década de 70) crianças e adolescentes. Eram dois estabelecimentos para atendimento aos menores de 12 a 18 anos, delinquentes, infratores ou com perturbação de conduta grave que eram encaminhados pelo Juizado de Menores; uma unidade destinada ao acolhimento de crianças de ambos os sexos, de 6 a 12 anos, em situação de abandono; uma unidade destinada a menores do sexo masculino, de 12 a 18 anos, com coeficiente intelectual baixo ou excepcional; uma unidade voltada para menores do sexo masculino de 12 a 18 anos, com perturbação de conduta e capacidade para aprendizado profissional; uma unidade para meninas de 6 a 18 anos, abandonadas ou em estado de abandono; dois lares-vecinais de triagem, destinadas a crianças de 2 a 9 anos e de 6 a 12 anos e oito lares-vecinais para atender jovens em vias de desligamento (NETO, 1985 in.: CJA, 2002).

Ao longo dos anos o número de jovens e crianças que ingressavam na Fundação passou a crescer significativamente. A administração deveria dar conta do atendimento de pessoas com idades de 0 a 18 anos, de crianças carentes a adolescentes infratores, jovens com necessidades especiais a meninos e meninas em situação de abandono. Estudos foram realizados e o caráter assistencialista do trabalho desenvolvido nas quatro primeiras décadas começou a ser entendido de

maneira diferente, agora passando a priorizar características pedagógicas no atendimento.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei 8.069) em julho de 1990, após anos de debates para buscar as melhores alternativas para tratar do problema em relação às crianças e adolescentes, houve a necessidade de que todos os órgãos e instituições atuantes na área da infância e da juventude passassem por um reordenamento a fim de se adequarem ao novo modelo legal.

A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul – FASE/RS – foi o resultado da adequação dos novos paradigmas conceituais dessa população. Criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, a FASE consolidou o processo de reordenamento institucional, marcado por um novo modelo de atendimento junto aos adolescentes, sendo responsável pela execução das Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade, determinadas pelo Poder Judiciário a adolescentes autores de ato infracional.

Este mesmo Decreto destinou o atendimento das crianças e jovens carentes, em situação de abandono e os portadores de necessidades especiais à Fundação de Proteção Especial – FPE. Com a divisão da antiga FEBEM em duas novas instituições buscou-se alcançar um atendimento diferenciado, com serviços especializados para trabalhar com cada clientela de maneira adequada.

4.2 UNIDADES DE INTERNAÇÃO DA FASE – FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO

No Rio Grande do Sul, o Juizado da Infância e da Juventude ficou distribuído em 10 regionais - Porto Alegre, Novo Hamburgo, Osório, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana. Sendo que apenas em Osório e Santa Cruz do Sul ainda não há unidade da FASE. Essa regionalização teve como objetivo atender ao adolescente na sua região para facilitar o processo de retorno à comunidade.

A população da FASE em de junho de 2009 era de 1.230 adolescentes cumprindo media socioeducativa de internação e semiliberdade. Estes jovens, com

idades entre 12 e 21 anos incompletos, estão divididos em 16 unidades, seis na capital (TABELA 1) e dez no interior, sendo três de semiliberdade (CASEF, CAS Caxias do Sul e CAS Santa Maria) .

Perfil das unidades localizadas em Porto Alegre:

- Centro de Internação Provisória Carlos Santos – CIPCS - Destina-se ao atendimento de adolescentes em situação de Internação Provisória, provenientes do juizado regional de Porto Alegre e dos juzizados regionais que ainda não possuem unidades do sistema FASE-RS. Também atende adolescentes internados por Regressão de Medida do Meio Aberto e adolescentes em processo de triagem até a definição da situação jurídica ou do seu perfil comportamental;
- Comunidade Sócio-Educativa - CSE - Destina-se a execução de medida de internação e atende em cinco subunidades independentes, quatro com capacidade para 22 adolescentes e uma subunidade, denominada “E”, para Internação Com Possibilidade de Atividades Externas, com capacidade para 28. A subunidade “A” atende adolescentes de 1º ingresso no sistema de internação, oriundos de Porto Alegre e Novo Hamburgo, em regime de ISPAE (Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa. A unidade “B” atende jovens adultos de 18 a 21 anos com perfil de maior comprometimento. As unidades “C” e “D” atendem adolescentes reincidentes no sistema de internação;
- Centro de Atendimento Sócio-Educativo Porto Alegre I – CASE POAI - Destina-se ao atendimento de adolescentes provenientes do respectivo juizado, em situação de primeiro ingresso e com sentença de primeiro grau;
- Centro de Atendimento Sócio-Educativo Porto Alegre II – CASE POAII - Constituído a partir da reforma do antigo Abrigo Juvenil Feminino (AJF), destina-se ao atendimento de adolescentes de primeiro ingresso provenientes da região do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre;
- Centro de Atendimento Sócio-Educativo Padre Cacique – CASEPC -

Destina-se ao atendimento de adolescentes de primeiro ingresso e com sentença de primeiro grau, cumprindo medida de Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa – ISPAE - ou medida de Internação com Possibilidade de Atividade Externa - ICPAE, com origem nas regiões do estado onde ainda não existe Centro de Atendimento Sócio-Educativo, a saber regionais de Santa Cruz do Sul e Osório;

- Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino - CASEF - Destina-se ao atendimento de adolescentes do Sexo Feminino que cumprem medida de Semiliberdade, Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE), Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e internação provisória, oriundas de todas as comarcas do Rio Grande do Sul.

TABELA 1

Capacidade e população existente nas unidades da FASE na capital

Unidade/POA	Capacidade	População
CIPCS	60	197
CSE	116	106
POA I	40	144
POA II	76	151
CASEPC	80	63
CASEF	33	47
TOTAL	405	708

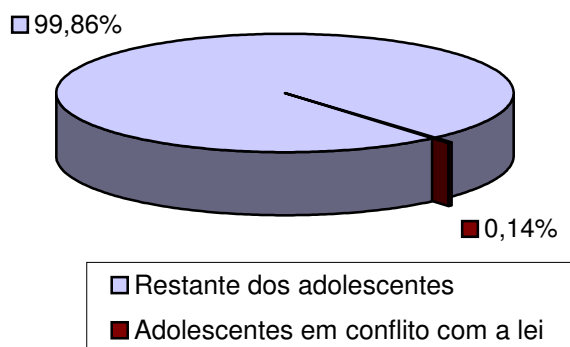
Fonte: FASE/AIG: 06/06/2009

4.3 PERFIL DOS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NA FASE

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geográfico – IBGE – realizado em 2005 e 2006, o Brasil possuía 24.461.666 de adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. Desse total, 0,14%, ou seja, 34.870, representava a população de adolescentes autores de ato infracional (ANEXO B), conforme GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1

Comparação entre população total de adolescentes entre 12 e 18 anos, e aqueles em conflito com a lei – 2005 / 2006



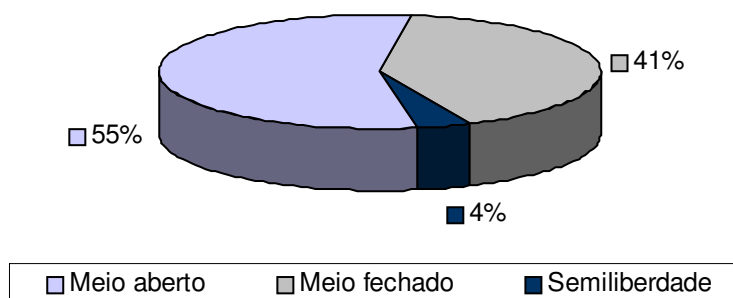
Fonte: IBGE - 2005/2006

Estes 34.870 adolescentes em conflito com a lei, podem ser divididos pelo tipo de medida socioeducativa (GRÁFICO 2) que estão cumprindo:

- Meio aberto: inclui prestação de serviços comunitários, liberdade assistida ou, ainda, ambos simultaneamente. Totalizam 55% do total, ou 19.444 adolescentes. Nesse tipo de regime, no entanto, é importante enfatizar que são considerados apenas os números das capitais de cada Estado;
- Meio fechado: são as medidas de internação ou internação provisória, que totalizam 14.192 adolescentes, ou 41% do universo daqueles que estão em conflito com a lei;
- Semiliberdade: representam 4% dos adolescentes autores de atos infracionais, ou 1.234 pessoas em números absolutos.

GRÁFICO 2

Comparação entre o número de adolescentes cumprindo os diferentes tipos de medida socioeducativa – 2006



Fonte: SEDH/2006

De acordo com o levantamento mensal realizada pela Assessoria de Informação e Gestão da FASE, pode-se observar algumas características que marcam o perfil do adolescente interno na Fundação. Pelos dados analisados em junho (2009) vemos que a maioria (29%) dos jovens possui 17 anos e cursa a 5ª série do Ensino Fundamental (24%). Do total de 1.203 internos, 96,1% são do sexo masculino, sendo apenas 3,9% do sexo feminino. Praticamente a metade deles está na FASE por ter cometido roubo, cerca de 48,6%, tráfico de entorpecentes e homicídio aparecem depois com 11,7% e 11,2%, respectivamente.

Do total de 1.203 adolescentes, 58% estão internados nas unidades localizadas na capital, sendo 48% dos adolescentes provenientes dos municípios do juizado de Porto Alegre. Nota-se que a grande maioria dos jovens estão concentrados nas seis unidades de atendimento de Porto Alegre, onde estão os maiores índices de superlotação.

4.4 O PROCESSO SOCIOEDUCATIVO

Para entendermos melhor como é a lógica institucional da FASE em relação ao atendimento do adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, precisamos analisar o Programa de Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade – PEMSEIS. Esse programa estabelece princípios básicos que orientam e qualificam o trabalho institucional com o objetivo de

reinserção do adolescente em conflito com a lei.

Segundo o conceito de adolescência apresentado pelo PEMSEIS, este é um período caracterizado por alterações físicas e psíquicas, que diferem conforme o gênero. Existe uma ressignificação da identidade, da imagem corporal e da relação com a família e comunidade (amigos, escola, entre outros), conflitos internos e lutos, necessidades de convívio com grupos, imediatismo e consumismo, rebeldia, crítica às regras, crenças e atitudes de adultos (principalmente dos pais ou do responsável). No caso dos adolescentes da FASE, somada a estas características também estão outras particularidades, como, a estrutura social sem consistência de parâmetros, ambiente familiar desestruturado, apelo ao consumo como resposta às contradições sociais, sofrimento de algum tipo de violência, vício em drogas e principalmente a conduta transgressora.

Enfim, o ato infracional faz parte de um quadro de situações vivenciadas pelo adolescente, sendo quase que como consequência da sua forma de articular com os problemas aparentes. Desta forma o PEMSEIS destaca que o ato não pode ser visto como o único e principal foco de atenção da intervenção socioeducativa. Durante o processo de ressocialização é necessário abordar a questão da infração em suas múltiplas relações com a vida do adolescente, buscando o resgate familiar, de sua capacidade criativa e ressaltar os aspectos positivos destes sujeitos.

O ato infracional pelo qual o adolescente responde legalmente é, ou deveria ser, analisado e trabalhado pedagógica e terapeuticamente, considerando seu contexto. O processo inicia com a chegada do adolescente na FASE quando é construído o Plano Individual de Atendimento – PIA, através de avaliação psicológica, social, pedagógica, jurídica e de saúde (física e mental). O PIA deve estruturar as necessidades e atividades que auxiliaram no desenvolvimento pessoal e social do adolescente. As ações socioeducativas devem contemplar aspectos que envolvam a escolarização, a profissionalização, a cultura, o atendimento em grupo, a família, a comunidade até o momento do desligamento.

Seguindo este pensamento, temos os preceitos estabelecidos pelo ECA em relação aos direitos do adolescente em situação de internação. É o capítulo VI, “Das Medidas Socioeducativas”, da Seção VII, “Da Internação”.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério

Público;

- II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
- X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI - receber escolarização e profissionalização;
- XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;
- XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Aqui, o Estatuto reforça os direitos individuais de cada adolescente, ressaltando o que diz alguns incisos, em especial o XII e XIII, os quais vão ao encontro ao assunto abordado neste trabalho, em que prevê a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como o acesso aos meios de comunicação. Ou seja, estas oportunidades devem estar disponíveis independente, ou não, do jovem poder sair da unidade. De acordo com PIA, cada adolescente interno, possui um programa de acompanhamento onde estão estipuladas as atividades e as restrições durante seu período de internação. A cada avaliação, realizada por técnicos das áreas da educação, recreação e jurídica, as possibilidades mudam, ou seja, o comportamento de cada adolescente irá resultar na amplitude de atividades ou em restrições.

Este item tenta elucidar, teoricamente, a organização do trabalho realizado junto ao adolescente de acordo com o estipulado pelo PEMSEIS e pelo PIA. A Fundação possui diversas particularidades, o que nem sempre possibilita a maneira

correta de desenvolvimento das ações socioeducativas, como a superlotação das unidades (conforme tabela acima), falta de pessoal e falta de estrutura física adequada, todas as unidades possuem padrões ultrapassados que não correspondem mais com as novas regras arquitetônicas do sistema de internação.

5 A OPINIÃO DAS ADOLESCENTES DA FASE SOBRE TV E VIOLÊNCIA

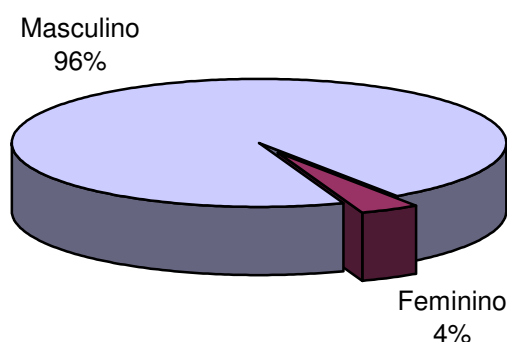
O quinto capítulo desenvolve a parte da pesquisa com as adolescentes da unidade de internação feminina da FASE. A partir de dados obtidos é traçado o perfil da unidade com as principais características das adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Esta seção também apresenta o método avaliativo utilizado na pesquisa e a forma de análise do material produzido pelas adolescentes e os resultados do exame do discurso elaborado por elas.

5.1 UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA – A ROTINA

O Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino é a única unidade de internação e de Semiliberdade destinada ao público feminino em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja, todas as adolescentes que cometeram ato infracional encontram-se nesta unidade que abriga em torno de 47 meninas, representado cerca de 4% da população total da FASE (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos adolescentes por gênero na FASE/RS



Fonte: AIG/FASE: 06/06/2009

A diferença no número de adolescentes meninas em comparação com o número de adolescentes meninos é considerável, e isso não ocorre somente no Rio Grande do Sul, mas em todos os estados brasileiros. O sexo feminino é de fato

minoria na internação juvenil (ANEXO C).

Por ser uma unidade com um perfil bem diferente das demais, ela possui características peculiares, uma delas é existência de berçário para as adolescentes mães. De acordo com o ECA as mães que cumprem medida socioeducativa tem o direito de ficar com o filho até que ele complete 4 meses, no caso do CASEF os bebês ficam na unidade até um ano de idade.

A unidade é separada por tipo de medida socioeducativa. Existe a ala das adolescentes em ISPAE, ICPAE e Semiliberdade. Estes setores contam com dormitórios individuais, para o grupo sem possibilidade de atividades externas e dormitórios coletivos para os grupos com medidas mais abertas, sem tantas restrições, como é o caso da medida de ICPAE e Semiliberdade. Além disso, cada ala possui um refeitório, uma sala de televisão e uma escala em que constam as tarefas de limpeza para cada adolescente.

A rotina diária dentro de um centro de internação divide-se entre diversas atividades envolvendo todo o grupo. As adolescentes acordam por volta das seis horas da manhã, tomam banho e vão para o refeitório onde é feita a passagem de plantão dos monitores e servido o café da manhã. Ao terminarem elas realizam o “retoque”, limpeza do refeitório e banheiro de sua ala, de acordo com a escala anteriormente estipulada, três jovens de cada grupo são responsáveis pela tarefa. Além disso todas devem organizar seu dormitório. A partir das oito horas elas saem para suas atividades, escola, estágio ou cursos, dentro e fora da fundação. Para as que permanecem na casa, 9h30min é o horário de intervalo, pátio e lanche. As 10h retomam as atividades e o almoço é servido ao meio dia para todo o grupo.

Após a refeição, outra equipe realiza o “retoque” enquanto as demais descansam. A passagem de plantão do turno da tarde ocorre às 13h e às 13h30 começam as atividades (escola, estágio e curso). Pela tarde, o lanche e o intervalo são às 15h, como também o horário de pátio do outro grupo que não foi de manhã.

As atividades do turno da noite iniciam às 17h30. As meninas que ainda não tiveram aula vão para a escola enquanto as demais realizam trabalhos manuais, como bordado, costura e crochê. Passada uma hora, todas se reúnem nas respectivas alas para ser feito novamente o “retoque”, passagem de plantão e jantar. Depois disso retomam as tarefas anteriores.

Somente às 21h, ao ser servida a ceia, é que as adolescentes assistem televisão, ao mesmo tempo em que fazem seus bordados e costuras. Cabe aqui

enfatazarmos que essas atividades são obrigatórias. Por fim, em torno das 22h as meninas fazem o último “retoque” do dia e então vão para os dormitórios.

Nos finais de semana a rotina é um pouco diferente, elas não tem aula nem cursos. Em alguns domingos a unidade realiza brincadeiras com todo grupo reunido, um dos poucos momentos em que isso acontece. Outro momento são nas últimas terças-feiras de cada mês, nesses dias a casa promove a chamada reunião dançante. Todas as meninas participam e uma unidade masculina é convidada. Das 15h as 17h dançar e beijar está liberado.

De acordo com os dados da Assessoria de Informação e Gestão da FASE, 46,8% das adolescentes são provenientes do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre e 20 só da cidade de Porto Alegre, enquanto 54,2% são dos Juizados do interior. Nota-se que grande parte da população do CASEF é proveniente da região metropolitana e principalmente da capital do estado.

Entre as outras características da unidade feminina, cabe ressaltar a questão da escolaridade das meninas (conforme tabela abaixo), a grande maioria encontra-se cursando o ensino básico, sendo 13 só na sexta série. Ao comparar o grau de escolaridade com os meninos, observamos que, neste caso, a maioria esta cursando a 5ª série do ensino fundamental, conforme TABELA 2.

TABELA 2
Escolaridade da população do CASEF

Escolaridade	Número
Analfabeto	0
1ª	0
2ª	1
3ª	0
4ª	4
5ª	4
6ª	13
7ª	9
8ª	8
1º	6
2º	2
3º	0
Não Informado	0
Total	47

Fonte: FASE/AIG: 06/06/2009

Cabe salientarmos que as unidades do sistema de internação têm obrigação de proporcionar acesso a educação para os adolescentes que cumprem medida

socioeducativa. No caso do CASEF é a Escola Estadual Tom Jobim³ que atende as meninas, com aulas voltadas tanto para as séries iniciais como para o ensino médio. As aulas ocorrem nos três turnos, manhã, tarde e noite, cada sala de aula atende no máximo dez adolescentes, esta configuração visa proporcionar uma maior atenção aos alunos, como também prevenir a integridade física dos educadores e dos próprios adolescentes frente a seus pares, uma vez que não podemos esquecer os aspectos que marcam suas relações e as razões pelas quais vieram parar na FASE.

Outro aspecto a ser considerado a respeito do perfil da população feminina é a faixa etária (TABELA 3), cerca de 38,3% possuem 17 anos completos. Este dado é compatível se comparado com o perfil geral da instituição, em que 29,8% tem 17 anos de idade (na FASE, 68,6% da população tem idade entre os 16 e 18 anos).

TABELA 3
Faixa etária da população do CASEF

Idade	Número
12 anos	0
13 anos	0
14 anos	3
15 anos	8
16anos	7
17 anos	18
18 anos	8
19 anos	2
20 anos	1
Total	47

Fonte: FASE/AIG: 06/06/2009

Para termos uma melhor visão sobre a adolescente também é importante considerarmos o tipo do ato infracional cometido por elas (TABELA 4), sendo ele a razão pelo seu ingresso na Fundação.

³ As escolas do sistema FASE estão ligadas a Secretaria de Educação do Estado e por isso seguem o currículo normal como todas as outras escolas estaduais. Existe um trabalho conjunto a entre escola e a administração das unidades, que dão toda a infraestrutura para os professores poderem realizar as atividades junto aos estudantes.

TABELA 4
Tipos de atos infracionais cometidos pela população atendida no CASEF

Ato infracional	Número
Com grave ameaça ou violência à pessoa	
Roubo	6
Homicídio	4
Latrocínio	2
Tentativa homicídio	1
Lesões corporais	1
Outras infrações graves	
Tráfico entorpecentes	18
Furto	5
Descumprimento de medida do JIJ	1
Não informado	9
Total	47

Fonte: FASE/AIG: 06/06/2009

As adolescentes costumam cometer delitos mais graves em relação aos meninos. Na tabela acima vimos que a maioria está ligada ao tráfico de entorpecentes, enquanto o restante da população da FASE, quase 50%, tem seu ato infracional relacionado a roubo (ANEXO D).

5.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Chegando a um dos pontos principais do trabalho é importante considerar o método adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Eles foram escolhidos na tentativa de alcançar resultados interessantes e que realmente chegassem a opiniões relevantes para o estudo.

A seguir, serão apresentados os procedimentos usados para obter das adolescentes a opinião sobre o tema violência na televisão.

5.2.1 Metodologia

O método adotado para a realização deste estudo foi à pesquisa qualitativa, pois o objetivo é aprofundar, de maneira subjetiva, sobre a opinião das adolescentes em relação à exposição da violência na televisão. Para isso foi elaborado um

questionário avaliativo, contendo duas questões objetivas, outra pergunta para levantar quais são seus programas preferidos e por último uma discursiva, onde foi solicitado que elas discorressem a respeito da temática principal do trabalho.

Esta narrativa foi iniciada a partir da pergunta “Qual o seu sentimento em relação à violência transmitida pela televisão”, a intenção foi estimular o pensamento das adolescentes para que elas pudessem fornecer o maior número de dados de eventos e experiências utilizando vocabulário próprio.

A técnica adotada permite ao entrevistado o fornecimento de detalhes relevantes ao assunto abordado, uma vez que eles possuem uma certa independência durante a produção das respostas, fazendo com que os fatos se tornem muito mais evidentes.

O material de Gomes e Gogo (1998) também foi utilizado como suporte metodológico, pois o modelo de análise e estrutura dos textos foram extraídos do livro. Os pesquisadores introduzem a categoria a ser analisada e após citam todos os trechos dos textos que mencionam tal assunto. Da mesma forma foi desenvolvida essa análise.

5.2.2 Universo da pesquisa: as adolescentes da FASE/RS

O público escolhido para representar, de certa forma, a percepção da adolescente infratora do Rio Grande do Sul no que tange a violência na mídia, foram as meninas do Centro de Atendimento Sócio-Educativo Feminino. Unidade que tem por função, como já mencionado em capítulo anterior, atender as jovens oriundas de todos os juizados do estado.

Ao optar por uma unidade com o perfil específico – mulheres - se justifica por ser a única do sistema FASE abrigando adolescentes de diferentes regiões dentro de um mesmo local. Tendo adolescentes oriundas de grandes cidades com características da população de centros urbanos, enquanto outras vindas do interior, de municípios bem menores e por isso com hábitos divergentes.

Foram entrevistadas um total de dez adolescentes pela própria equipe técnica da casa, com idades entre 15 e 19 anos cursando a partir da 2ª série do Ensino Fundamental até o 1º ano do Ensino Médio. O tipo de medida socioeducativa também era variado, sendo duas de ISPAE (Internação Sem Possibilidade de

Atividade Externa), sete de ICPAE (Internação Com Possibilidade de Atividade Externa) e uma em medida de Semiliberdade, a única da unidade.

Acredito que esta amostra possa dar um panorama bem importante a respeito da questão televisão, trazendo aspectos diferentes sobre o assunto e dessa forma mostrar, de uma maneira ampla, qual o pensamento da adolescente da FASE quando o assunto é violência na televisão.

5.2.3 Processo de realização da pesquisa

Seguindo o procedimento protocolar da Fundação, antes de aplicar os questionários para as adolescentes do CASEF foi preciso apresentar a proposta do trabalho e as perguntas que seriam feitas.

Com a carta de apresentação, redigida pela professora Maria Helena Weber, e a autorização da Presidência da FASE, participei da reunião da equipe técnica da unidade, onde estavam presentes a Direção, como também a psicóloga, o orientador pedagógico e recreativo, além dos chefes de equipe da unidade. A proposta foi aprovada, sem nenhuma restrição, e no mesmo dia voltei à unidade para me encontrar com as adolescentes que foram escolhidas pela administração do CASEF.

Cheguei por volta das 18h30 e as adolescentes estavam todas reunidas na ala da ICPAE. Apresentei-me para o grupo e expliquei como era o questionário dando ênfase para a terceira questão, a mais importante para o trabalho. O material foi entregue e aplicado simultaneamente para todas e levaram em média 12 minutos para responder.

5.2.4 Instrumentos de Pesquisa: teste e aplicação

Dois questionários foram utilizados, sendo que o primeiro serviu para mudanças estruturas da pesquisa.

5.2.4.1 – Primeiro questionário, o teste

A idéia inicial deste estudo consistia em um questionário (ANEXO E) objetivo sobre considerações gerais a respeito da televisão. Ao testá-lo, com duas

adolescentes escolhidas aleatoriamente e independente de serem do sexo feminino, pude observar que na pergunta aberta ambas entraram no mérito da violência na televisão, sem serem questionadas sobre isso.

Resposta A

“Acho os programas de televisão muito importante, porque nos mostra um pouco da nossa realidade e os fatos que ocorrem no dia a dia.

Também não gosto muito quando da o programa do Balanço Geral e o Alexandre Mota fala sobre os abusos sexuais que as crianças sofrem pelos proprios pais“.

Resposta B

“A televisão é importante porque nos mantém informados, sabemos o que acontece no dia-a-dia.

Mas eu não gosto quando passa muita violência.”

Sendo assim, ocorreu a mudança no tema do trabalho sendo definida a unidade feminina como público alvo e a violência na mídia como objetivo.

5.2.4.2 O questionário definitivo

Após a avaliação dos resultados do teste e com objetivo de obter a opinião da adolescente em conflito com a lei foi aplicado outro questionário (ANEXO F), assim construído:

- a) Identificação da entrevistada
- b) Quantidade de horas que costuma assistir televisão
- c) Programas preferidos
- d) Pergunta dissertativa a respeito da violência na televisão.

Identificar o sujeito que está respondendo ao questionário se faz necessário para conhecimento da amostra da pesquisa, quais são as características das adolescentes, idade, a escolaridade, a cidade de origem como também há quanto tempo elas estão cumprindo medida sócio-educativa na FASE.

A segunda questão busca saber o período que elas dedicam a televisão, de uma a três horas, de três a cinco horas, ou mais de cinco horas diárias. Isso mostra o quanto à televisão está presente quantitativamente em suas vidas dentro da unidade.

Outro objetivo do questionário relaciona-se aos programas de televisão que as adolescentes mais gostam de assistir. A segunda pergunta deixa o espaço aberto para elas colocarem o nome ou o gênero dos programas de sua preferência.

Por último foi colocada a questão de maior relevância para a pesquisa, em cima da qual será desenvolvida a análise sobre o discurso das adolescentes sobre a abordagem da violência na televisão. A intenção é descobrir qual o sentimento delas em relação ao assunto.

5.2.5 Aplicação e análise

Ao obter os questionários devidamente preenchidos, foi realizada a transcrição das respostas. Após a leitura geral, percebi relação em algumas opiniões, e estas foram sendo marcadas com cores específicas. Dessa forma, as frase ou trechos, que tivessem alguma opinião semelhante, foram sinalizadas de acordo com a cor determinada.

No final foi possível classificar os textos em torno de cinco categorias de análise, especificamente: sobre Televisão, Violência, Sentimentos e conflitos diante da violência da TV e a Preocupação social diante da violência da TV. A partir disso, as frases foram extraídas e colocadas na categoria correspondente. Com isso, pude analisá-las separadamente e combinar seus resultados na análise final.

5.3 RESULTADOS DA PESQUISA

Com a finalidade de ultrapassar as evidências imediatas da comunicação contida nas respostas dos entrevistados, procuramos estabelecer algumas categorias de análise que mantivessem a fidedignidade das mensagens.

Inicialmente, devemos registrar que pesquisar em uma unidade de internação judicial juvenil é por si só desafiador devido a gama de elementos com que iremos nos deparar. Trata-se de sujeitos em condição peculiar de

desenvolvimento, que estão confinados, distantes da família, dos amores, carregando lembranças de eventos traumáticos vividos e refletindo sobre o ato infracional cometido.

Somado a todos esses elementos, o presente trabalho possui ainda outro aspecto que deve também ser analisado, que é a perspectiva de gênero, visto que a intervenção se deu em uma unidade feminina. Nesse sentido, é relevante referir que provavelmente as adolescentes pesquisadas tenham sido vítima dos muitos tipos de violência simbólica contra a mulher, tanto no âmbito familiar quanto na vida social mais ampla.

Ao analisar as respostas, se percebe que boa parte das entrevistadas manifestou identificar os conteúdos violentos apresentados pela televisão reprovando-os, de uma maneira geral, sejam aqueles presentes em seu cotidiano ou aqueles transmitidos pelos veículos de comunicação. Para se fazer uma melhor análise das respostas, passaremos às variáveis.

5.3.1 Identificação das adolescentes entrevistadas

Entre as jovens entrevistadas cinco têm 18 anos completos, três têm 17 anos, uma 15 e outra 19 anos. A escolaridade varia bastante, com cinco adolescentes cursando o 1º ano do ensino médio e o restante o ensino fundamental, estando duas na 8ª série, uma na 7ª série, outra na 6ª série e uma adolescente na 2ª série. Apesar da diferença entre os níveis escolares percebe-se, pelos textos produzidos, a dificuldade de expressão na forma escrita, até mesmo das que estão em série mais avançada.

A maioria delas possui residência em Porto Alegre, somando um total de seis. Uma da região metropolitana, da cidade de São Leopoldo, e três vindas do interior do Estado, duas de Lajeado e uma delas de Iguariaçá (pertencente ao município de Santiago).

Outro aspecto levantado para a identificação das entrevistadas foi o tempo de cumprimento de medida na Fundação. A maioria delas está há mais de um ano sob custódia do Estado, sendo três com mais de dois anos de medida e quatro há mais de um ano. As demais estão na FASE por um período menor do que um ano. Neste ponto, é pertinente lembrarmos que a duração máxima da medida para cada

ato infracional não deve ultrapassar de três anos.

5.3.2 A programação assistida pelas adolescentes

Não houve dificuldade entre as adolescentes em especificar o número de horas dedicadas à TV. Todas elas marcaram a opção de uma a três horas diária. Tomando por base a rotina da unidade, notamos que os momentos de lazer, como assistir televisão, são bastante restritos, ocorrendo principalmente à noite.

Pelas respostas das adolescentes quanto à preferência da programação, podemos verificar que praticamente todas se manifestaram espectadoras de telenovelas, com a exceção de uma, que cita programas de informação e notícias como sua preferência, neste caso particular, a jovem citou Jornal Nacional, Globo Repórter e Fantástico. Assim, temos a percepção da influência da novela sobre as adolescentes, fazendo parte de seu cotidiano tanto fora como dentro da instituição. O tema novela apareceu através do nome das produções preferidas (*Cama de Gato*, exibida às 18 horas e *Viver a Vida*, exibida a partir das 21 horas) ou apenas citando “novela”.

Outro programa bastante mencionado foi *Malhação*⁴, cinco adolescentes vêem este programa como um dos seus preferidos. Logo depois estão *Turma do Didi*⁵ e *Zorra Total*⁶, citados quatro vezes. Neste aspecto, cabe considerarmos os três programas referidos, sendo cada um, destinado para um tipo de público diferente. As adolescentes gostam de assistir produções voltadas para a sua faixa etária (no caso de *Malhação*), como também as direcionadas para crianças (*Turma do Didi*), além de programas com temática adulta (*Zorra Total*).

Querendo aprofundar um pouco mais o olhar para além do simples resgate do aspecto lúdico e da identificação com os programas de abordagens juvenis,

⁴ É uma série produzida e exibida pela Rede Globo desde 24 de abril de 1995, contando, até 2009, com 17 temporadas e mais de 3600 capítulos, exibida de segunda a sexta às 17h e 45 min. Em geral, a trama conta histórias do dia-a-dia dos adolescentes, na maioria da classe média alta carioca, com seus conflitos cotidianos, como, por exemplo, escola, academia, amigos, família e, principalmente, suas relações amorosas, que ocupam o ângulo de todos os enredos ocupa o núcleo de toda a história. Esse casal deve enfrentar todas as artimanhas dos antagonistas. (Wikipédia)

⁵ É um programa humorístico exibido semanalmente aos domingos, no horário de 12h15, pela Rede Globo. O protagonista é o personagem *Didi*, interpretado por Renato Aragão. Está no ar desde o dia 25 de outubro de 1998. (Wikipédia)

⁶ É um programa humorístico da TV brasileira produzido e exibido pela também pela Rede Globo desde 25 de março de 1999. Voltado para o público adulto é exibido nas noites de sábado a partir das 22h. (Wikipédia)

recorremos a alguma referência teórica que nos propiciasse melhor entendimento das representações do conflito vivido pelas jovens. Com efeito, encontramos em Hall⁷ (considerado o primeiro estudioso da adolescência), a afirmativa de que, por ser essa uma época perigosa e trabalhosa, causava-lhe preocupação a precocidade com que os jovens de seu tempo eram lançados à rua, às fábricas, aos braços de parceiros sexuais e também às prisões.

Mesmo considerando o contexto contemporâneo de sociedade, podemos identificar o quanto ainda é atual o pensamento do autor, que concluía afirmando que os jovens precisavam de proteção por mais tempo do que pensávamos.

Mencionado por três adolescentes, o desenho aparece como uma opção de entretenimento das jovens do CASEF, seguido de jogo de futebol, filmes (de gêneros diferentes) e noticiário, citados duas vezes cada. Programa de música é referido por apenas uma menina, e com exceção deste, produzido por uma emissora de São Paulo denominada MIX TV, todos os outros pertencem a TV Globo.

5.4 A OPINIÃO DAS ADOLESCENTES SOBRE TV E VIOLÊNCIA

Mesmo sendo questionadas sobre a exibição da violência na televisão, ao ler os questionários pude constatar o surgimento de diversas opiniões não só sobre a abordagem da televisão em relação ao assunto, mas também sobre a violência social, a confusão de sentimentos provocados pela relevância do tema na vida dessas adolescentes e, o que considero mais interessante, a preocupação desse grupo de meninas com a gravidade da situação. Sendo assim, as categorias de análise tiveram que dar conta dessas opiniões e foram divididas como veremos logo abaixo.

5.4.1 Sobre Televisão

Na visão de muitas das adolescentes que responderam o questionário, a televisão mostra, realmente, a violência cotidiana das cidades. As notícias sobre o assunto são as mais apontadas quando relacionam televisão e violência. Isso

⁷ HALL, Granville Stanley. *Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*. New York: D. Appleton & Co., 1904. In: CALLIGARIS, 2000.

porque o gênero informativo tem o poder de inserir o telespectador dentro das notícias na figura de testemunha e participante do processo.

Mesmo não gostando do é apresentado pela televisão, as adolescentes acham necessária a exposição dos fatos para que todos tenham conhecimento. Dessa forma, temos a importância do papel informativo da televisão na retratação dos acontecimentos.

Opinião A

[..] fico muito triste quando vejo na tv os fatos que acontece no dia a dia. O que mais me deixa abalada é isso, acho super importante o que a tv nos mostra.

(Adolescente 6)

Elas colocam a experiência pessoal como referência de algo negativo que aconteceu em suas vidas, e conseguem enxergar situações semelhantes às que já aconteceram com elas refletidas na tela da TV. No entanto, precisamos lembrar que as informações transmitidas estabelecem uma relação particular com o telespectador, e cada um irá identificar-se com essas situações de acordo com seus desejos, frustrações e necessidades.

Opinião B

Hoje em dia tudo passa na tv filho que bate na mãe, mãe bêbada, pai que é alcoólatra, acho que não deverião passar isso porque tem crianças que olhão e que na verdade acabão querendo ex: usar drogas, começão a viver a vida do crime pois na tv parece ser fácil e na verdade não é como a tv mostra.

(Adolescente 8)

Fazendo referência à capacidade de representatividade da televisão, ao simular momentos cotidianos, temos a reflexão de uma adolescente sugerindo que a forma como são mostradas as situações de conflito na mídia não reproduzem realmente o que acontece na vida das pessoas, no caso, dela própria. A facilidade com que os problemas são resolvidos é questionada pela entrevistada, assimilando sua experiência como um exemplo contrário. Até é possível sugerir uma certa descrença para com a televisão, pois ela exprime que apesar de tudo passar pela tela da TV, casos como o dela não são mostrados.

Opinião C

O meu sentimento é de tristeza pois tudo de problema que eziste no mundo é passado na televisão, as vezes até o problema que estamos passando em casa problemas iguais e resolvidas como eu resolvi, e acabei ficando presa por ver que podia ser resolvido mas não foi. (Adolescente 8)

Há a opinião de quem discorde e entenda que a violência real não seja noticiada na televisão. Neste caso, a análise da adolescente consiste em buscar na sua vivência relação ao questionado, e através disso, afirmar o que ela avalia ser a verdadeira violência.

Opinião D

Apesar de não passar pela televisão realmente o que é violência. Apenas passa uma parte, pois a violência na realidade é o que nós passamos e vemos com os nossos olhos dia a dia.
(Adolescente 7)

No entanto, elas também consideram a informação transmitida pela mídia uma forma de conscientização, ao fazerem dos exemplos ruins um alerta para a situação. Surgiram avaliações positivas em relação a isso, no sentido de que a televisão é um veículo que estimula a reflexão crítica, contribuindo para a formação dos telespectadores. A preocupação com as pessoas próximas também está ligada a isso.

Opinião E

[...] quando estou em casa eu olho balanço geral e peço que minhas irmãs venham olhar comigo, porque depois eu falando elas não acreditam então fico com muito medo do que anda acontecendo.
(Adolescente 6)

Além disso, a importância educativa da televisão é percebida também na publicidade, nos anúncios de utilidade pública e na classificação de certos comerciais como inadequados para o público com idade inferior a 18 anos.

Opinião F

Eu acho que a televisão não transmite coisas ruins as vezes algumas popagandas são proibida para menores, pois aparece algumas coisas que nós menores não podemos ver.

Mais a televisão transmite muitas coisas boas a não usar drogas as vezes mostra até a nossa realidade de vida.

[...]

Por isso através da televisão eu paro para pensar quanto mal existe no mundo todo. Mas nós podemos mudar isso, tem tantas coisas boas que aparecem na tv e nos ensinam a dar valor para as nossas vidas basta a gente olhar e entender o que está passando na tv que não é para o nosso mal, mais sim para nós pararmos e refletir tudo de bom que aparece nas nossas vidas e muitas oportunidades. A tv mostra muitas realidades da cada um de nós.

(Adolescente 3)

Podemos considerar que a televisão exerce um papel educativo, na proporção em que ela é reconhecida como um espaço de educação informal, justificado pela ausência, muitas vezes, de debate em torno de temas como a violência, drogas, sexualidade em instituições como a escola e a família. Na opinião das adolescentes fica claro uma perspectiva dualista, na medida em que a televisão educa, ela também deseduca através do que consideram maus exemplos.

Ao entrarmos na programação de entretenimento, surgiu apenas uma observação negativa quanto à qualidade e conteúdo, especificamente, das peças voltadas para o público infantil. Reprovando o uso da violência nas produções, assim como, mostrando preocupação com quem assiste a este tipo de programa. O mesmo podemos observar nas citações anteriores, referentes aos exemplos transmitidos pela televisão.

Opinião G

As vezes eu acho que os filmes criam muita impressão ruim, faze filme infantil com muita luta, com briga entre os personagens (Adolescente 1)

Apesar de as adolescentes não comentarem nada sobre telenovela na questão discursiva, vimos que ela tem um importante papel em sua rotina. Todas, com a exceção de apenas uma adolescente, mencionaram novela como um de seus

programas preferidos quando indagadas.

A quase unanimidade de preferência pelas telenovelas pode sinalizar que, por ser uma programação que exhibe os dramas muito semelhantes aos seus, ou as representações muito próximas às suas fantasias.

Segundo a opinião de Pedro G. Gomes e Denise Maria Cogo (1998) sobre a mediação visual da televisão enquanto meio de comunicação, permite uma aproximação mais intensa com os fatos, além de atribuir um maior grau de verossimilhança aos acontecimentos. Os autores fazem uso das palavras de Orozco (1993) para explicar tal pensamento, “Como meio eletrônico, a TV possui algumas especificidades para incorporar o está aí fora e para reproduzi-lo para o auditório ou simplesmente para estruturar seus textos. Neste processo a TV medeia através do uso de alguns mecanismos videotecnológicos”.

De maneira geral, essas adolescentes identificam-se com os conteúdos transmitidos pela tela da TV, pois observamos a relação que elas fazem ao colocarem suas experiências como parâmetro.

5.4.2 Sobre Violência

O discurso das jovens reproduz o viés da moralidade do seu contexto familiar e social em relação à violência. De maneira geral, elas demonstram reprovar as atitudes violentas, considerando tal situação como um problema, algo negativo para a população, em que condenam a prática, evidenciado assim um discurso politicamente correto.

Opinião H

Bom eu acho que a violência não leva a lugar nenhum muitas pessoas sofrem por causa da violência eu nunca bati em ninguém [...]

(Adolescente 2).

A experiência particular da adolescente se faz presente na contextualização do assunto, julgando os atos realizados no passado que levaram a sua internação na FASE. A noção do conceito de violência perpassa juntamente ao ato praticado por elas. Há situações em que se observa certa distorção de valores éticos, o que

pode sinalizar a patologia padecida por estas meninas, decorrentes, ou não, de traumas.

Opinião I

[...] mas já tentei matar isso também faz parte da violência bater, matar, ou até mesmo tentar para mim é tudo violência (Adolescente 2).

Outro aspecto a ser observado é a consideração de casos específicos, em que elas exemplificam o fato violento mais marcante. Nota-se um sentimento de revolta quanto à gravidade do exposto.

Opinião J

Eu acho orrível, o que mais me encomoda sobre este assunto é os pais que abusam de seus próprios filhos e suas mãe muitas vezes aprovam este tipo de abuso, na verdade tudo que é feito contra o ser humano é um ato imperduável [...] (Adolescente 6)

Opinião K

Eu estou muito triste com o episódio da mulher enfermeira que quis matar os bebês, isso eu acho uma covardia, maucarate, isso que me dói muito, eu as vezes me revolto com isso por exemplo.
(Adolescente 10)

A sensação de impotência da vítima em relação ao vitimizador também é abordado, como vimos acima, em que a crítica está no consentimento e no uso de atitude criminosa contra sujeitos indefesos, como é o caso de uma criança.

Porém, o sentido de violência para estas adolescentes é parte constante de suas vidas, por já terem cometido e/ou sofrido. As marcas deixadas transparecem quando indagadas e afirmam com conhecimento próprio o que na verdade é violência para elas.

Opinião L

[...] Pra mim a violência arrecem comesou e não tem fim. A violência está tomada pelo mundo inteiro.
(Adolescente 7)

Tanto quanto a indignação e reprovação pela situação da sociedade, no que tange à questão aqui abordada, vemos que também existe o sentimento de

descrença e pessimismo quanto ao futuro, no caso da adolescente citada acima, podemos supor que seja o sentimento em relação ao seu próprio futuro.

Nota-se a forte existência da violência em suas vidas, não somente na forma física, mas por experiências traumáticas que com certeza deixaram alguns significados, que podem ser consequências de excessos sofridos e até mesmo dos atos praticados por elas. É possível perceber isso pelo sentimento de culpa como também de revolta, incluído em seus discursos. Elas avaliam a situação como sendo grave, analisando a violência social através de um juízo de valores, colocado como forma de reprovar tais atitudes.

5.4.3 Sentimentos e Conflitos diante da violência da TV

Experiências pessoais estão claramente expostas, ligadas a uma mistura de sentimentos, tristeza, espanto, culpa, ódio, arrependimento, indignação e outros tantos em relação à questão da violência. As adolescentes utilizaram o espaço dado pela pergunta para expor suas emoções através de um julgamento de valores.

Opinião M

As vezes eu fico bem chocada com noticias que eu vejo no jornal. É muita violência nas tvs e se for olhar estes canais que mostram violência ainda tem bastante audiência. (Adolescente 1)

Opinião N

O sentimento que eu tenho quando passa alguma coisa ruim, depende as vezes eu fico mal, por que uma dessas coisas eu devo ter feito. (Adolescente 3)

Opinião O

Antes de eu vir parar aqui para a fase eu olhava e me via fazendo todas aquelas maldades, mas depois que cometi o meu delito e vim parar na fase eu olho e vejo todos aqueles crimes e maldades e me vejo cometendo o meu maior erro, eu não gosto de ver, me sinto mau, me da uma coisa por dentro que eu não sei explicar, Pois é assim que eu me sinto. (Adolescente 4)

Há percepções pessimistas em relação às pessoas, com forte crítica ao comportamento e a atitude de todos. A postura cética aponta para um sentimento de revolta, ou até mesmo repulsa pelas práticas de violência a que tem conhecimento.

Opinião P

Sentimento de culpa e ao mesmo tempo de ódio de ser da espécie do homem. (Adolescente 7)

Uma frase impactante, e sem dúvida ela traz uma carga de emoções negativas a respeito dos exemplos a sua volta, das suas referências de pessoas, como por exemplo, alguns familiares, amigos, membros da comunidade, e até mesmo de si.

Tal sensação também pode estar presente através das suas interpretações das notícias transmitidas pelos meios de comunicação, demonstrando indignação com a capacidade que tem o ser humano de causar tanto sofrimento.

No mesmo instante que suas análises sempre abordam a violência como sendo algo ruim, perverso, assim como elas condenam a prática, surge um apontamento interessante quanto ao verdadeiro julgamento das práticas.

Opinião Q

Minha relação e sentimento é de tristeza, as vezes até revolta com tanta coisas ruins. Estamos vivendo num mundo cheio de violência não podemos confiar em pessoas que estão em nosso a redor. Mas não é nós que julgamos é só Deus e o Juiz. Então deixo minha relação e sentimento com a violência. Muito obrigado. (Adolescente 10)

Podemos considerar que a adolescente se coloca na condição de respeito ao entendimento moral do que é certo e errado perante a lei e a religião. É um comportamento submisso às reconhecidas leis soberanas, a Justiça, na figura do Juiz, por representar todas as instâncias pelas quais passou e por ainda estar sob regime de jurisdição, e a religião, na figura de Deus, pois se for temente a Ele, será merecedora do reino dos céus.

A visão dessas jovens a respeito das formas de violência e da atitude

desrespeitosa das pessoas na convivência social pode ser resultado de uma experiência de vida repleta de situações conturbadas. Entre elas, o ato violento, de que são autoras, razão pela qual se encontram na atual condição de confinamento. Somado a isso estão os problemas próprios desta etapa da vida, a adolescência é marcada pelo conflito de idéias e emoções, ainda mais acentuadas por se tratar de sujeitos oriundos de um contexto social vulnerabilizado.

5.4.4 A preocupação social diante da violência da TV

Mas os padrões dos bons costumes baseados no conceito de moralidade não são a única extensão de pensamento presente no discurso das adolescentes em conflito com a lei. Elas também formulam percepções políticas sobre o papel da sociedade na construção da cidadania.

A leitura dessas jovens sobre a presente situação do país em que vivemos e até mesmo do mundo, alcança uma dimensão social do tema violência. Existe uma preocupação com a condição da sociedade e deixam transparecer a necessidade de mudança. Em seus relatos estão presentes afirmações de um problema real e as consequências da falta de controle estabelecida.

Opinião R

*(Violência) Mas infelizmente é uma realidade de todos tem que ver o que está acontecendo no Brasil.
(Adolescente 1)*

Opinião S

Eu acho que a violência anda muito perigosa no mundo que estamos vivendo pois bastante gente anda se projedizando com a violência , pois os moradores não podem nem sair pra rua ou na frente de casa porque corre perigo de tomar um tiro e é muito grave isso que anda acontecendo no nosso país pois as pessoas precisam de paz na sociedade e terminar com a criminalidade. (Adolescente 5)

Ligado a esses pensamentos está a responsabilidade pelas pessoas próximas a elas, como por exemplo, familiares e comunidade a qual pertencem. Nesse sentido, fazem de suas experiências como exemplo, para assim proteger

quem é importante nas suas vidas.

Opinião T

desse jeito o Brasil não vai para a frente apesar do que fiz agora eu tento não repetir os mesmos erros porque tenho uma filha e não quero que ela fassa o mesmo. (Adolescente 2)

Opinião U

muitas vezes digo para a minha mãe não deixar minhas irmãs muito na rua, porque vai sabe, (Adolescente 6)

No entanto surge uma reflexão voltada aos valores sociais, como o caso do consumo desenfreado e as atitudes individualistas. A adolescente aborda o assunto como um problema que afeta a população no mundo todo e traz a violência, não só na sua forma física de agressão, mas de várias outras maneiras que ela se faz presente.

Opinião V

Hoje em dia o homem só se preocupa em ter, ter cada vez mais passando por cima de tudo, matando, roubando... Não preciza dizer o resto pois já basta. É uma pena, pois a violência só tem crescido cada vez mais, morre cerca de 1 bilhão de pessoa a cada min no mundo inteiro de fome, doença como canser, assassinato, frio etc... (Adolescente 7)

Podemos observar diversas formas de enxergar esta questão delicada que é a violência pelos olhos das adolescentes infratoras da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, como também percebemos o entendimento e a noção de responsabilização de toda a sociedade sobre os fatos correntes.

Opinião X

Algo que nos deixa triste e ao mesmo tempo nos faz sentir raiva, ódio mas também nos faz pensar que os culpados que deixam isso acontecer somos nós, por não lutar pelos nossos direitos e fazer de conta (muitas vezes) que não estamos vendo o que esta

acontecendo de errado. A maioria das vezes falamos “Eu não tenho a ver com isso” quando vemos algo de errado acontecer.

Temos leis mas não cumprimos, temos direitos que não são cumpridos e temos deveres que nós não cumprimos... (Adolescente 9)

Muitas delas percebem a importância da conscientização para a busca de um bem comum, tendo conhecimento de que a violência não existe apenas em fatos isolados, mas que por ela se fazer cada vez mais presente como parte da cultura vigente, os culpados não são apenas aqueles que a praticam, mas também que é conivente com uma realidade social que prejudica toda a população.

5.5 ANÁLISE GERAL

Ao trazer para a reflexão das adolescentes a problemática da violência na televisão foi possível perceber que todas ficaram presas a questão da violência, enquanto a programação propriamente dita foi deixada em segundo plano. Como vimos anteriormente, isso ocorre pela relação direta dessas jovens com o tema.

Suas análises refletem um conflito de sensações, gravitam por um viés moral de submissão à religião ou a lei, tendo como fundamento o conceito politicamente correto de comportamento. Elas também fazem observações que representam, visivelmente, traumas pessoais, preocupação com familiares, até chegam a ponto de produzir um discurso utópico e otimista, em relação ao futuro. Porém, também aparecem respostas mais concretas, que levantam a noção de responsabilidade social e de cidadania.

Mesmo elas tendo passado por situações delituosas, todas reprovam as atitudes violentas, algumas remetem a seus próprios atos, mostrando arrependimento, outras avaliam de forma negativa e condenam as pessoas que cometem tais absurdos.

Podemos notar que as opiniões sobre a violência exibida na televisão se dividem, de forma que algumas acham importante esta abordagem, pois, nas suas justificativas, servem como alerta para a sociedade, enquanto outras, a minoria delas, acredita que são maus exemplos e que não representam a real situação da violência urbana.

De qualquer forma, vimos que as adolescentes infratoras não gostam de assistir a uma programação violenta, para elas, a televisão é utilizada muito mais como entretenimento do que como meio de informação. Como vimos, entre a programação preferida por elas estão as telenovelas e programas de humor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar entender a relação da violência na televisão através do olhar das adolescentes em conflito com a lei, foram traçados alguns aspectos considerados importantes para compreender a ligação entre esses assuntos, o poder dos meios de comunicação e a juventude vulnerabilizada. Quando o estudo começou, várias perguntas e idéias foram formuladas sobre a expectativa da realização da pesquisa. No entanto, ao chegar na etapa final a sensação é de que muitas outras surgiram no decorrer do trabalho.

Com essas novas hipóteses, a partir da análise de documentos e do questionário aplicado, tento descrever alguns pontos importantes e desenvolver algumas considerações sobre o foco deste trabalho, mídia, violência e o sentimento das adolescentes em relação a isso.

Sendo assim, vimos através de um apanhado teórico, que o adolescente está em uma fase de fragilidade sentimental, uma transição complicada de amadurecimento intelectual, emocional e físico, estando suscetível a interferências externas como a da família, dos amigos, da escola, da comunidade e também das mensagens enviadas pelos meios de comunicação.

No caso deste estudo, é importante ressaltar que ligada a todas estas questões está a situação do adolescente em conflito com a lei. Verifica-se a potencialização do conflito de sentimentos, a desestruturação das relações familiares, como também o consumo de drogas entre outros tantos fatores que os situam em um ambiente vulnerabilizado. O delito acaba se tornando uma consequência.

Ao partir para a análise do discurso das adolescentes pude perceber que o tema deste trabalho é muito mais complexo do que imaginado. Mostrando que, de certa forma, a abordagem teórica não foi suficientemente explorada. Existem outros aspectos, como a relação indireta estabelecida entre o receptor e os meios de comunicação e a sua atividade frente às mensagens transmitidas que também seriam importantes para o enriquecimento e melhor análise das respostas.

A partir destas considerações venho fazer alguns apontamentos, como por exemplo, no que se refere a realidade social das adolescentes pesquisadas e o que isso pode influenciar em suas opiniões a respeito da violência transmitida pela televisão.

Um dos aspectos observados foi que de uma maneira geral, as adolescentes se identificam com os assuntos abordados pela televisão e sentem-se participantes do que acontece além dos muros da instituição. Assim, verifica-se que o poder de alcance da televisão nos lares brasileiros e a sua influência sobre a população não perdem a força quando o espectador está privado de liberdade. Apesar delas não assistirem tanto à TV no seu período de confinamento, dificilmente ultrapassando três horas por dia, este veículo não deixa de ter um importante papel em suas vidas.

As telenovelas, por exemplos, têm grande audiência entre as internas. É possível perceber que por elas estarem em uma situação de confinamento a relação emocional com este gênero de programa é bastante forte, uma vez que ele traz representações de dramas particulares com que elas se identificam, ou exemplos de comportamento e modo de vida que elas almejam.

Ainda nesse sentido, as representações não estão presentes somente nas novelas ou nas produções fictícias da televisão. A relação de identificação que a maioria delas faz com a televisão é justamente com a violência nela exibida. Isso se deve ao contexto sócio-cultural ao qual a maioria delas está inserida. Ou seja, suas interpretações são resultado das interações e relações pessoais e por ser a violência algo existente na vida dessas adolescentes, é clara a ligação feita entre os fatos assistidos com os fatos vividos.

No entanto, cabe considerar aqui a constatação feita por uma das adolescentes (nº 8) que respondeu ao questionário, de que a televisão não mostra realmente os problemas enfrentados por elas. De acordo com a entrevistada as situações exibidas, independente de qual for o problema abordado, sempre têm solução, diferentemente do ocorre com a maioria delas. Essa talvez possa ser compreendida como uma crítica discreta sobre a abordagem dos programas, uma vez que eles não trazem a temática de grande parte dos adolescente, pobre, distante dos padrões de consumo, muitas vezes sem o apoio da família, inibido de oportunidades, entre outros aspectos que o colocam em uma situação excludente. Esta parcela da população está sob os holofotes da mídia nos telejornais, quando são protagonistas de crimes que atingem a classe média, formadora de opinião.

As respostas obtidas nos questionários surpreendem de diversas formas. O vocabulário dos textos, a maneira como expressam sua opinião, mas principalmente o conteúdo marcado por experiências de vidas dolorosas e ao mesmo tempo repletas de esperança. Ao ler a resposta de uma adolescente de apenas 18 anos

afirmando ter “ódio de ser da espécie do homem”, não podemos considerar apenas como uma revolta particular, é preciso refletir sobre o que a vida ofereceu a esta menina para ela tenha tal sentimento. Quais as oportunidades que ela terá a partir de agora? Outra adolescente responde a esses questionamentos no momento em que diz que “os culpados somos nós por não lutar pelos nossos direitos e fazer de conta (muitas vezes) que não estamos vendo o que esta acontecendo de errado”.

Uma televisão com programação de qualidade enquanto direito social assegurado pela Constituição deveria servir de apoio à educação dos jovens que passam a maior parte do seu tempo na frente dela. Lugar onde estão constantemente expostos a diversos tipos de apelos, se tornado consumidores precoces com valores corrompidos em que o ter é mais valorizado que o ser. E o que se pode concluir desse tipo de comportamento é que a aquisição de certos produtos veiculados na mídia, tanto nas telenovelas como na publicidade, está a tentativa de inclusão na “realidade” apresentada. É preciso destacar que os problemas da juventude brasileira, como a disparidade sócio-econômica que afeta grande parte das famílias, a defasagem escolar, além dos altos índices de homicídio entre a população jovem fazem parte de uma situação alarmante, onde se vê a necessidade de políticas públicas adequadas, voltadas para esse público na tentativa de sanar as causas da violência, hoje presente em diversos setores sociais.

Por ser a televisão um dos principais meios de interação durante esse período de confinamento se faz importante uma maior incidência da equipe técnica da unidade, ou até mesmo da escola, na tentativa de provocar um olhar mais crítico destas adolescentes referente ao transmitido pela televisão. A FASE tem condições de proporcionar aos seus jovens uma visão mais crítica aos meios de comunicação, permitindo a aproximação, respeitadas certas restrições, mas apresentando coisas novas, programas educativos, culturais, que retratem a realidade destes jovens, promovendo a reflexão de sua condição social e a consequência de seus atos para a sociedade. Acrescentando riqueza cultural a suas vidas até então desprovidas de muitos conhecimentos. Como também trabalhar a exposição na mídia ligada ao consumo, ao sexo e a violência.

BIBLIOGRAFIA

ÂNGELO, Darlene, BASTOS, Ruth e COLNAGO, Vera. **Adolescência, violência e a lei**. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, Vitória.

BRITTO, José Mario de Oliveira. **A inimizabilidade Penal da Criança e do Adolescente**. 2009. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/23107/a-inimizabilidade-penal-da-crianca-e-do-adolescente-e-o-eca/pagina1.html>> Acesso em: 29 de agosto de 2009.

CALLEGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Constituição Federal. 1988. Disponível em: <http://74.125.113.132/search?q=cache:NrfXYwZFOhJ:www.dji.com.br/constituicao_federal/cf226a230.htm+artigo+227+constitui%C3%A7%C3%A3o+federal&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 16 de setembro de 2009.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma Política Nacional de Execução das Medidas Socioeducativas: Conceitos e princípios Norteadores**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

CUT – Central Única dos Trabalhadores. **Atendimento Socioeducativo**. 2007 <<http://www.cut.org.br/content/view/5811/170/>> Acesso em: 28 de julho de 2009.

DORNELES, Luciana B. **Adolescentes Privados de Liberdade e a Televisão: estudo do meio como mediação**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. Assessoria de Informação e Gestão. **Levantamento Junho 2009**. E-mail enviado em 07 de julho de 2009 às 8:46.

GONÇALVES, Liana Lemos. **A vez e a voz de adolescentes em Prestação de Serviços à Comunidade na UFRGS: ato infracional e educação**. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/8008.pdf>> Acesso em: 23 de julho de 2009.

Manual da nova Classificação Indicativa. Romão, José Eduardo, CANELA,

Guilherme e ALARCON, Anderson (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Classificação, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX.**

<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/28339/27896>> Acesso em: 22 de julho de 2009.

MORAES. D. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

PAVLOVITSCH, Andréa. **A influência da mídia televisiva na maturação do adolescente.** Rede Psi. Artigos. 2008. Disponível em

<http://74.125.93.132/search?q=cache:T1e1oKEy_6MJ:www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php%3Fitemid%3D1067+mídia+e+adolescente&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 24 de outubro de 2009.

PORTO, Tânia M.; LEMKE, Aline K. **TV, Cinema e Adolescente: Relações e Inquietudes.** Comunicar nº 025. Espanha, 2005. Disponível em

<<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=15825187#>> Acesso em: 23 de setembro de 2009.

RAMOS, Murilo César e SANTOS, Suzy (Orgs.) **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas.** São Paulo: Paulus, 2007.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e da Segurança. Comitê de Estudos da Violência. **A Televisão e a Violência: o impacto sobre a criança e o adolescente.** Coord. Maria Lucrecia S. Zavaschi. Porto Alegre, 1998.

Rio Grande do Sul. Governo do Estado. Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. **Centro do Jovem Adulto – CJA: resgate histórico.** Pesquisado por Maria Lúcia Ricardo Souza, Naida Lena Menezes; coordenado por Ana Paula Costa, Kátia Maria Martins Ferreira, Patrícia Trindade de Oliveira. Porto Alegre: Corag, 2002.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Os bons Conselhos: Pesquisa conhecendo a realidade.** São Paulo: 2006. Disponível

em:<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/.spdca/conhecendoarealidade.pdf> Acesso em: 22 de julho de 2009.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/sinase/> Acesso em: 22 de julho de 2009.

VIVARTA, Veet e CANELA, Guilherme. **Classificação Indicativa: Construindo a cidadania na tela da tevê**. Brasília: ANDI; Secretaria Nacional da Justiça, 2006.

ZAMORA, Maria Helena. **O adolescente, sua família, sua comunidade: Aportes históricos, políticos, sociológicos, psicológicos**. Sem ano, PUC-Rio. Disponível em: <<http://www.abrapso.org.br/regionalrio/Adolescente.ppt>> Acesso em 23 de setembro de 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil**. Brasil: UNESCO, 2004

ANEXO A

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS

FAIXA ETÁRIA: POPULAÇÃO TOTAL

LOCAL: CAPITAIS, REGIÕES METROPOLITANAS (SEM CAPITAIS) E INTERIOR

PERÍODO: 1993/2002

ÁREA	Crescimento anual 1993/1998 (%)	Crescimento anual 1999/2002 (%)	Crescimento anual 1993/2002 (%)
Capitais	8,4	1,6	5,3
RM (sem capitais)	8,5	2,4	5,9
Interior	4,1	8,0	5,5

Fonte: SIM/DATASUS

ANEXO B

Número de adolescentes em privação de liberdade no Brasil: 1996 - 2006

Região/ Anos	1996	1999	2002	2006	% Crescime
Norte	207	351	469	670	323%
Nordeste	413	920	1696	2089	506%
Centro- Oeste	494	645	626	1040	210%
Sudeste	2403	5665	5460	8629	359%
Sul	728	998	1304	1646	226%
Total	4245	8579	9555	14074	325%

ANEXO C

TABELA 23: POPULAÇÃO EM MEIO FECHADO POR GÊNERO: COMPARAÇÃO 2002 - 2006							
ESTADO E REGIÃO		MASCULINO		FEMININO		TAXA DE CRESCIMENTO	
		2002	2006	2002	2006	MASCULINO	FEMININO
	MG	372	510	25	23	37,1%	-8,0%
	RJ	839	1130	29	29	34,7%	0,0%
	SP	4682	5812	198	247	24,1%	24,7%
	ES	118	313	4	18	165,3%	350,0%
SUDESTE		6011	7765	256	317	29,2%	23,8%
	RN	107	182	4	4	70,1%	0,0%
	AL	45	83	0	0	84,4%	0,0%
	SE	59	126	5	4	113,6%	-20,0%
	PI	58	87	5	7	49,4%	48,8%
	PE	724	975	30	41	34,7%	34,7%
	PB	208	261	6	6	25,5%	0,0%
	MA	439	106	17	7	-75,9%	-58,8%
	CE	445	650	34	19	46,1%	-44,1%
	BA	363	237	17	20	-34,7%	17,6%
NORDESTE		2448	2707	118	108	10,6%	-8,6%
	GO	211	214	2	10	1,4%	400,0%
	MS	156	223	24	22	42,9%	-8,3%
	MT	86	203	9	8	136,0%	-11,1%
	DF	428	495	14	17	15,7%	21,4%
CENTRO-OESTE		881	1135	49	57	28,8%	16,3%
	PR	549	862	47	33	57,0%	-29,8%
	RS	805	1093	29	17	35,8%	-41,4%
	SC	219	264	11	8	20,5%	-27,3%
SUL		1573	2219	87	58	41,1%	-33,3%
	AP	98	135	4	2	37,8%	-50,0%
	PA	141	309	7	12	119,1%	71,4%
	TO	9	47	0	2	422,2%	N
	AC	53	189	32	6	256,6%	-81,3%
	AM	190	107	13	2	-43,7%	-84,6%
	RO	45	229	4	26	408,9%	550,0%
	RR	32	17	0	0	-46,9%	N
NORTE		568	1033	60	50	81,9%	-16,7%
TOTAL		11481	14859	570	567	29,4%	-0,5%

ANEXO D

Tipos de Atos Infracionais* praticados pela população atendida pela FASE-RS em 06 de junho de 2009

ATO INFRACIONAL	CIPCS	CASE	CSE	CASE	CASE	CASEF	CASE	CASE	CASE	CASE	CASE	CASE	CASE	CASemi	CASemi	CASemi	Total	
		PC		POA I	POA II		CS	SM	NH	PF	Pel	Sto.A	Uru	CS	SM	SL	Nº	%
I – Atos Infracionais com Grave Ameaça ou Violência a Pessoa																		
Roubo	79	25	58	86	99	6	44	18	38	38	26	12	28	11	4	13	585	48,6
Homicídio	10	9	19	13	10	4	13	10	11	13	11	5	2	1	3	1	135	11,2
Latrocínio	2	6	5	7	8	2	4		5	4	1	1					45	3,7
Tentativa de Homicídio	2	2	5	5	3	1		9	1	6	2	1	6				43	3,6
Atentado Violento ao Pudor	5	3		1					2		1		3				15	1,2
Estupro		5			1			2	1	1		1			1		12	1,0
Tentativa de Latrocínio		1	2		1		2						2				8	0,7
Lesões Corporais						1	2	1			3						7	0,6
Tentativa de Roubo				1						1	1						3	0,2
Total	98	51	89	113	122	14	65	40	58	63	45	20	41	12	8	14	853	70,9
II – Outras Infrações Graves																		
Tráfico de Entorpecentes	63	2	1	20	20	18	1	2	2		1	1	7	2		1	141	11,7
Furto	4	4	11	1	5	5	8	4	6	7	10	10	3	3		3	84	7,0
Porte Ilegal de Armas	8		2	1	3			1	1	1							17	1,4
Dano ao Patrimônio	1									1							2	0,2
Extorsão		1							1								2	0,2
Ameaça			1														1	0,1
Formação de Quadrilha					1												1	0,1
Receptação			1														1	0,1
Violação de Domicílio									1								1	0,1
Total	76	7	16	22	29	23	9	7	11	9	11	11	10	5	0	4	250	20,8
III – Descumprimento de Medida do JIJ**																		
Não Informado	12			2		1		9	4		1	4	2				35	2,9
	11	5	1	7		9			22				10				65	5,4
Total Geral	197	63	106	144	151	47	74	56	95	72	57	35	63	17	8	18	1203	100,0

Fonte: Assessoria de Informação e Gestão - FASE-RS

ANEXO E

QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade: 18 anos

Cidade: Porto Alegre

Quanto tempo está na FASE: 2 anos e 8 meses.

1- Quais são os meios que você utiliza para se informar, sobre notícias e assuntos de que gosta, aqui dentro da FASE

() Rádio (X) Jornal () Família () Outros
(X) Televisão () Escola () Amigos

2- Como você fazia para se informar, sobre notícias e assuntos de que gosta, quando NÃO estava na FASE

(X) Rádio (X) Jornal () Família () Outros
(X) Televisão () Escola () Amigos

1- Você assiste televisão?

(X) SIM () NÃO

3- Você gosta de assistir televisão?

(X) SIM () NÃO

4- Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

(X) de 1 à 3 () de 3 à 5 () mais de 5

5- Quais são seus programas preferidos?

(X) Novela () Jornal ()
(X) Filme (X) Esporte () Outros

6- Você está satisfeito com a quantidade de tempo dedicado as atividades de lazer, como ler (livro, jornal), assistir Tv ou ouvir rádio?

(X) SIM () NÃO

Se a resposta foi NÃO, do que sente falta e gostaria de fazer

7-Você sente falta de algum programa que assistia enquanto ainda não estava na FASE

() SIM NÃO

Se a resposta foi SIM, qual é ou quais são o(s) programa (s)

8-Você acha a televisão um veículo importante para se informar e se divertir através dos programas que passam

SIM () NÃO

9- Você costuma conversar a respeito do assiste na Televisão

SIM () NÃO

10- Coloque aqui sua opinião sobre a televisão, o que gosta o que não gosta e por quê.

Acho os programas de televisão muito importantes, porque nos mostram um pouco da nossa realidade e os fatos que ocorrem no dia a dia.

Também não gosto muito quando dá o programa de Balanço Geral e o Alexandre Mota fala sobre os abusos ^{sexuais} que as crianças sofrem pelos próprios pais.

QUESTIONÁRIO

Nom:

Idade: 48 anos

Cidade: São Leopoldo

Quanto tempo esta na FASE: 2 anos

1- Quais são os meios que você utiliza para se informar, sobre notícias e assuntos de que gosta, aqui dentro da FASE

() Rádio (X) Jornal () Família () Outros
(X) Televisão () Escola () Amigos

2- Como você fazia para se informar, sobre notícias e assuntos de que gosta, quando NÃO estava na FASE

(X) Rádio (X) Jornal () Família () Outros
(X) Televisão () Escola () Amigos

1- Você assiste televisão?

(X) SIM () NÃO

3- Você gosta de assistir televisão?

(X) SIM () NÃO

4- Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

(X) de 1 à 3 () de 3 à 5 () mais de 5

5- Quais são seus programas preferidos?

(X) Novela (X) Jornal ()
(X) Filme () Esporte () Outros

6- Você esta satisfeito com as a quantidade de tempo dedicado as atividades de lazer, como ler (livro, jornal), assistir Tv ou ouvir rádio?

() SIM (X) NÃO

Se a resposta foi NÃO, do que sente falta e gostaria de fazer

Nós temos bastante compromisso.
Mas temos tempo para assistir tv.

7-Você sente falta de algum programa que assistia enquanto ainda não estava na FASE

SIM NÃO

Se a resposta foi SIM, qual é ou quais são o(s) programa (s)

8-Você acha a televisão um veículo importante para se informar e se divertir através dos programas que passam

SIM NÃO

9- Você costuma conversar a respeito do assiste na Televisão

SIM NÃO

10- Coloque aqui sua opinião sobre a televisão, o que gosta o que não gosta e por quê.

A televisão é importante porque nos mantém informados, sabemos o que acontece no dia-a-dia. Mas eu não gosto quando passo muita violência.

ANEXO F

Adolescente 1

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 15 anos Série: 7ª

Cidade: Porto Alegre

Há quanto tempo está na FASE: 1 ano e 3 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas de 3 à 5 horas mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Malhacão, novela viver a vida, mix tv e novela
Canção de Gato.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

As vezes eu acho que os filmes criam
muita impressão ruim, fazem filme infantil
com muita luta, com briga entre os perso-
nagens. As vezes eu fico bem chocada com
noticias que eu vejo no jornal. É muita violên-
cia nas tvs e se for dizer estes canais que
mostram violência ainda tem bastante audiên-
cia. Eu prefiro mesmo uma novela e um
canal de música, que as vezes também
tem violência. Mas infelizmente é uma reali-
dade e todos tem que ver que está aconte-
cendo no Brasil

Adolescente 2

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 17 anos Série: 1º do Médio

Cidade: porto Alegre

Há quanto tempo está na FASE: Eu estou a 2 anos

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

(x) de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

novela, desenhos

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

bom eu acho que a violência não leva a lugar nenhum
muitas pessoas sofrem por causa da violência
eu nunca tati em ninguém, mas já tentei
matar isso também faz parte da violência
bater, matar, ou até tentar para mim e tudo
violência desse jeito o brasil não vai para
frente apesar do que fiz agora eu tento não
repetir os mesmos erros porque tenho uma
filha e não quero que ela faça a mesma.

Adolescente 3

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 17 anos Série: 8^o

Cidade: Porto Alegre

Há quanto tempo está na FASE: 8 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

A gosto de assistir novelas, Filme de
Terror, comédia e desenho.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Acho que a televisão não transmite coisas
ruins às vezes algumas propagandas são
proibido para menores, pois aparece algumas
coisas que nós menores não podemos ver.
Mais a televisão transmite muitas coisas boas
a não usar drogas às vezes mostra até a
nossa realidade de vida.

O sentimento que eu tenho quando passa
alguma coisa ruim, parece às vezes eu ficar
mal, por que um dessas coisas eu devo ter
feito.

Porisso através da televisão eu paro para
pensar quanto mal existe na mundo todo
Mas nós podemos mudar isso, tem tantas
coisas boas que aparecem na tv e nos
ensinam a dar valor para as nossas vidas
 basta aprender a olhar e entender o que está
passando na tv que não é para a nossa mal, no
sim para nós pararmos e refletir tudo de
 bom que aparece nós nossas vidas e muita
oportunidades. A TV mostra muitas realidade
de cada um de nós.

Adolescente 4

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 17 anos Série: 2ª

Cidade: Caieado

Há quanto tempo está na FASE: 8 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

A novela dos atos e a turma do didi e a zorra Total

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Antes de eu vir aqui para a fase eu olhava e me via fazendo todas aquelas maldades, mas depois que cometi o meu delito e vim parar na fase eu olho e vejo todos aqueles crimes e maldades e me vejo cometendo o meu maior erro, eu não gosto de ver, me sinto mau, me dá uma coisa por dentro que eu não sei explicar, pois é assim que me sinto.

Adolescente 5

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 18 anos Série: 1º Ano
 Cidade: Porto Alegre-RS
 Há quanto tempo está na FASE: 1 ano e 2 dias

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Malhacão, turma do didi, jogo de futebol
Viver a vida, Zorra Total e filme.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Eu acho que a violência ainda muito
perigosa no mundo que estamos vivem-
do pois tratam-se gente ainda de pregu-
dicando com a violência, pois os mesio-
dores não podem nem saber pra tua ou
na frente de casa porque corre o perigo
de tomar um tiro e é muito grave is-
so que ainda acontecendo no mundo pois
pois as pessoas precisam de paz na so-
cidade, terminam com a criminalidade.
Viver a vida não pensa ta no lado de
parar e toda essa violência que tem
agora um dia vai acabar ou talvez
seja dia.

Adolescente 6

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 18 anos Série: 1º ano
 Cidade: Porto Alegre (RS)
 Há quanto tempo está na FASE: 2 anos e 9 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Malhação, Turma do didi, Viver a Vida
e Lixo Total e Jogo de futebol.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Eu acho ruim, sou mais me incomoda
sobre este assunto é os pais que abusam
de seus próprios filhos e suas mães
muitas vezes aprovam este tipo de
abuso, na verdade tudo que é feito
contra o ser humano é um ato imper-
duável, fico muito triste quando vejo
na TV os fatos que acontecem no dia a
dia, muitas vezes digo para minha
mãe não deixar minhas irmãs muito
na rua, por que não sabe, quando
estou em casa eu olho o balanço geral
e peço que minhas irmãs tenham
elas comigo, porque depois eu falando
elas não acreditam, então fico com muito
medo do que anda acontecendo. O que
mais me deixa abalado é isso, acho
super importante que a TV nos mostre,

Adolescente 7

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 18 anos Série: 8ª

Cidade: São Leopoldo RS

Há quanto tempo está na FASE: 1 ano

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

animada - o Nocturno e Jogos de Gato

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Alguns que não passa pela televisão realmente
o que é violência, alguns passa uma parte,
pois a violência na realidade é o que nós passamos
e vemos com esses olhos dia a dia.

Sentimento de culpa e ao mesmo tempo de
ódio de ser da espécie de homem.

Hoje em dia o homem só se preocupa em
ter, ter cada vez mais passando por cima de
tudo, matando, machucando... não precisa
dizer neste país já basta.

É uma pena, pois a violência só tem crescido
cada vez mais, More cerca de 1 bilhão de pessoas
a cada ano no mundo inteiro de fome, doença
como câncer, assassinato, fome etc...

Por mim a violência acabou começou e
não tem fim.

et violência está tomada pelo mundo
inteiro.

Adolescente 8

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 18 anos Série: 6ª série

Cidade: _____

Há quanto tempo está na FASE: 1 ano e 6 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Gosto mais de novela e desenhos

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

O meu sentimento é de tristeza pois tudo de problema que existe no mundo é mostrado na televisão, das vezes até o problema que estamos passando em casa, problemas iguais e resolvidos como eu resolvi, e acabei ficando triste por ver que podia ser resolvido mas não foi. Hoje em dia tudo passa na TV filho que bate na mãe, mãe belota, eu que é alcaideira, acho que não deveria passar isso porque tem crianças que olham e que na verdade acham querendo. Ex: Uma Drogas, começa a viver a vida do crime pois na TV parece ser fácil. Na verdade não é como a TV mostra. Para mim a televisão é um ensinamento para os adolescentes pois mostra muita criminalidade coisa que não deveria fazer, usa a minha opinião

Adolescente 9

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 18 anos Série: 1º do 2º ano

Cidade: Iguariacá - Unistalda

Há quanto tempo está na FASE: 13 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

(X) de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Jornal Nacional, Globo Reporter (não tenho assistido)
Fantástico.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Algo que nos ^(deixa) transmite tristeza e ao mesmo
tempo nos faz sentir raiva, ódio, mas também
nos faz pensar que os culpados que deixam
isso acontecer somos nós, por não
lutar pelos nossos direitos e fazer de
conta (muitas vezes) que não estamos
sendo o que está acontecendo de
verdade. A maioria das vezes falamos "Eu
não tenho nada a ver com isso" quando vemos
algo de verdade acontecer.

Temos leis mas não cumprimos, temos direitos
que não ~~são~~ ^{são} cumpridos e temos deveres que
nós não cumprimos...

Adolescente 10

Estou desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso sobre o assunto televisão e violência, e gostaria da tua colaboração para responder o questionário abaixo.

QUESTIONÁRIO

Idade: 19 anos Série: 1 ano
 Cidade: Porto Alegre (RS)
 Há quanto tempo está na FASE: 2 anos e 9 meses

1) Quantas horas por dia (mais ou menos) você costuma assistir televisão?

de 1 à 3 horas () de 3 à 5 horas () mais de 5 horas

2) Quais os programas que passam na televisão que você mais gosta?

Malhação, viver a vida, Zorra
to tal, notícias sobre o Brasil, turma
do Didi.

3) Qual o seu sentimento com relação a violência transmitida pela televisão:

Minha relação e sentimento
é de tristeza, as vezes até
revolta com tanta coisas ruins
Estamos vivendo num mundo
cheio de violência não podemos
confiar em pessoas que estão
em nosso redor. Eu estou
muito triste com o episódio
do mulher "enfermeira que quis
matar os bebês, isso eu acho
uma covardia, mau caráter, isso
que me doi muito, eu as
vezes me revolta com isso
por exemplo. Mas não é nós
que culpamos é só Deus
é o juiz. Então deixo minha
relação e sentimento com
a violência. Muito Obrigado.
Se nós trazer paz, nós vamos vencer
a violência.